JANEIRO / JUNHO 07
Ano X
N.º 28

REGIMENTO DE CAVALARIA N.º 6

DRAGÕES DE ENTRE DOURO E MINHO

XXIV

CONCURSO NACIONAL COMBINADO
2 e 3 de Junho de 2007

Pags. 24 e 25

PANDUR II 8X8

PANDUR II 8X8 TERRESTRIAL, ICV-12,7mm MG

A Viatura Blindada que se destina a equipar o Exército e a Marinha Portuguesa

Pag. 29

A NATO

ANTECEDENTES, EVOLUÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACTUAL

A história da NATO e o seu papel no mundo...

Pag. 36

PÁSCOA 2007

O RC 6 acolheu a visita de S.E.R. o Bispo das Forças Armadas e de Segurança em 26 de Março passado, no âmbito da Celebração Pascal 2007

Pag. 26

Fotografia de 2º Cabo Verde

EURO RSCG

Já são seis,
e cada vez sabe melhor.

OBRIGADO.

votado pelos leitores
MARCA DE CONFIANÇA
2007
Selecções do Reader's Digest

Marca de Confiança
pelo 6.º ano consecutivo

Delta
CAFÉS

Memória Fotográfica 4

Editorial 5

Reflexões 6

O "Lugar do Apontador" 11

Entrevista com a História - General Carlos Azeredo 12

Noções Básicas de Socorrismo 15

Reboque de Viaturas de Rodas 17

Kosovo: Passado, Presente e... que Futuro? 19

Acontecimentos de Relevo no Semestre 22

XXIV Concurso Nacional Combinado 24

Visita Pastoral do Exmo e Reverendíssimo D. Januário Ferreira 26

Orientação 27

PANDUR II 8x8 29

CENTAURO 105mm 8x8 "Tank Destroyer" 32

Dicotomia Carro de Combate - Armas Anti-Carro 34

A NATO: Antecedentes, Evolução e Organização Actual 36

Quando o Cavalo é Terapia 40

Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho 41

O Coração do Minho - Locais de Interesse 43

O Decepado - Lembram-se ? 44

Um Pensamento!... 45

Promoções e Nomeações 46

SUMÁRIO

FICHA TÉCNICA

Edição
Regimento de Cavalaria N.º 6

Fundador
COR Cav Teixeira de Góis

Director
COR Cav Nunes da Fonseca

Redacção
TEN SAR Artur Gonçalves
ASP OF RV Paula Tinoco
1SAR RC Filipe Amorim

Design Gráfico:
1CAB RC Jorge Brandão

Colaboradores:
TCOR Cav Jocelino Rodrigues
TCOR Cav Joaquim Conceição
TCOR Cav Manuel Lapa
MAJ Cav Miguel Pimenta
TEN Cav Tiago Pires
TEN Cav Alberto Pinto
SCH Cav Amândio Silva
SAJ Cav Mário Costa
1SAR Cav Agostinho Fernandes
1SAR Cav António Machado

Impressão:
Tipografia ASB, Lda

Regimento de Cavalaria N.º 6
Tel 253613240 / Tel Militar 438100
Email: rc6@mail.exercito.pt

MEMÓRIA FOTOGRÁFICA

Dia da Unidade - 21JUL83

Dia da Unidade - 21JUL83

Visita do CPC/CAAC - 1983

Visita do General Exmo. DAC - 14SET83

Visita do Exmo. General CEME - 15SET83

Visita do Exmo. General CEME - 15SET83

Editorial

COR CAV LUÍS NUNES DA FONSECA

Eis o Boletim Informativo do RC 6, com uma aparência renovada, dispondo agora de quarenta e oito páginas, integralmente a cores, ostentando uma combinação mais equilibrada de textos e imagens, com uma disposição inovadora e mais apelativa, abrangendo uma temática mais diversificada, dirigida a um alargado universo de leitores!

Os objectivos subjacentes à sua concepção permanecem, na sua essência, inalterados: servir de ponte entre o Comando e a Tropa, manter-nos informados sobre as nossas actividades bem como acerca do mundo que nos rodeia, proporcionar um espaço para expressão de opiniões e reflexão sobre diversos assuntos de âmbito técnico-profissional e geral, contribuir para o moral e bem-estar, cimentar a nossa coesão e espírito de corpo, preservar a nossa identidade e memória colectiva, reforçar os laços com a comunidade que servimos e as instituições com quem cooperamos.

A todos os elementos que, empenhadamente, colaboraram na preparação deste número, quer na produção e submissão de artigos e trabalhos para publicação, quer na sua concepção, montagem e fotocomposição, tendo-lhe dedicado uma parte substancial dos seus momentos pessoais de repouso e de lazer, o Comando manifesta o seu profundo apreço e reconhecimento. O vosso entusiasmo e dedicação impressionaram-nos vivamente. Bem hajam!

Mas o âmbito deste projecto teria sido certamente mais restrito, não fora o inexcedível apoio de algumas entidades e organizações que, pronta e generosamente, se nos associaram. Sem o seu prestimoso contributo, a reformulação do Boletim "DRAGÕES DE ENTRE DOURO E MINHO" não teria passado de mera intenção. A atenção e a presteza patentes no modo como corresponderam aos nossos convites e acolheram as nossas propostas, sublinham justamente o excelente entendimento que nos estreita e o alto conceito em que a Instituição Militar em geral e o Regimento de Cavalaria N.º 6 em particular, são tidas no seu seio. A todas elas, o nosso muito obrigado!

Assim, esperando que este novo formato seja do agrado geral, fazemos votos de que a fruição do conteúdo da revista e as eventuais mais valias resultantes da sua leitura, possam efectivamente concorrer para a consolidação dos pilares que nortearam a sua edificação e que, paralelamente, venham a suscitar no seio dos "cavaleiros" a apetência pela escrita e a impulsionar atitudes espontâneas no sentido de uma participação mais extensiva em futuras edições.

Finalmente, atenta a quadra natalícia que se avizinha, desejo a todos os militares e civis do RC 6, respectivas famílias e aos nossos amigos, um Natal Muito Feliz e que 2008 seja um ano de "boa colheita" em matéria de realização das nossas expectativas e anseios mais prementes, nos planos profissional, familiar e pessoal.

AVANTE PARA A GLÓRIA!

"Olhar seriamente, é o mesmo que dizer, que se vê com distinção, com justeza, com verdade, apreciando as vantagens e os inconvenientes do momento e do futuro, equilibrando ou procurando equilibrar os interesses com as paixões ... É ver com os olhos do espírito."

Xavier Machado, in *Aphorismos de Guerra*, 1900

Atribuição de Encargo Operacional à Escola Prática de Cavalaria – Que Razoabilidade no actual Quadro Militar de Referência?

Do Porquê e das Razões

Tentando responder ao repto lançado pelo Comandante do Regimento no sentido de podermos, dentro das nossas limitações, abordar temáticas de reflexão com interesse para a Unidade e a Arma que servimos, decidimos trazer à coacção, neste nosso primeiro testemunho, uma questão que tem na sua génese recentes intervenções de distintos camaradas da nossa Arma, as quais suscitaram o nosso interesse e ditaram a nossa curiosidade analítica.
Controversa, eventualmente polémica, mas essencialmente frontal, descomprometida e desapaixonada, pretende esta reflexão suscitar o debate e a análise dos camaradas que nos quiserem vir a honrar com a sua leitura, cuidando que da sua benevolente crítica resulte, fazendo jus às palavras do ilustre Ayres de Pacheco "não um túmulo glorioso, mas um túmulo respeitoso", enquanto adequada recompensa para um escrito que pretendemos intelectualmente honesto. Se tal acontecer, decerto valeu a pena ...

Serve este pequeno intróito, para dissipar eventuais motivos de surpresa e até estranheza, pela abordagem desta temática, num boletim e por um elemento do 6, os quais, primacialmente, tendem a focalizar-se em assuntos de génese essencialmente interna, não fazendo seus assuntos de outrem.
Todavia, a reflexão hoje encetada, está longe de abarcar, como veremos, matéria exclusiva de uma única Unidade tendo, outrossim, qualquer que seja a decisão que venha a ser tomada futuramente, abrangentes implicações e repercussões no seio e no devir da Arma de Cavalaria.

A abordagem ora apresentada constitui, assim, uma tentativa séria para, racional e estruturadamente, se entenderem propósitos, descortinarem razões e se apreender da razoabilidade de critérios e da adequação e exequibilidade de propostas e soluções passíveis de análise, no âmbito da questão levantada. Da sua validade sereis, pois, fiéis juízes e doutos críticos.

Da Necessidade

Gostaria de começar por afirmar que se entendem e até perfilham, globalmente, as razões aduzidas por diversos camaradas e, sobretudo, pela Escola Prática de Cavalaria, a **NOSSA** Escola, ao propor a atribuição de meios adicionais para a sua estrutura orgânica de molde a apoiar, de uma forma, diria, mais substantiva e sustentada, os encargos de ensino e formação que lhe estão atribuídos.
Tal necessidade, não encontrará nesta prosa qualquer contraditório, antes apoio, pelo que importará vincar e reiterar de forma clara, inequívoca e sem qualquer margem para ambiguidades, que o aforismo **" Oficiais da Escola somos todos nós"** encontra aqui adequado emprego e evidente propriedade, uma vez que não se pretende encetar uma qualquer "guerra de trincheiras" entre defensores de uma mesma causa, antes encontrar pontos de contacto e convergência nas diferenciadas visões e opções, como forma de encontrar o futuro na esteira do presente.

Do Enquadramento

E porque não questionamos sobre a necessidade de tal estrutura, a interrogação que colocamos não se centra no conteúdo, antes na forma, isto é, saber se a forma ou fórmula **Encargo Operacional (EOp)**, se perfila como a mais adequada para lhe dar resposta.
E nesta aproximação, que se pretende *holística*, tal significa que soluções alheias a, ou contraditórias com, a filosofia vigente, não deverão ser sujeitas a ponderação, sob pena de estarmos a equacionar respostas que vão "ao arrepio" da actual estrutura e, consequentemente, condenadas a constituírem-se em "nados mortos", *ab initio*.

...a opção pela fórmula encargo operacional, acarretará sempre soluções de compromisso, em termos de orgânica, treino, prontidão e empenhamento versus apoio ao ensino e formação, pouco compatíveis com o desiderato da coerência, operacionalidade e disponibilidade caracterizadores de uma Unidade daquele tipo.

O Processo de Transformação recentemente encetado pelo Exército Português definiu uma remodelação estrutural que resultou em profundas alterações do ponto de vista organizacional. Dos fundamentos subjacentes à nova estrutura, centremo-nos então, nos referenciais a que importa atender:

Comando do Exército e Órgãos Centrais de Administração e Direcção enquanto órgãos de cúpula da Instituição, integram a denominada Estrutura de Comando do Exército (ECE) cumprindo-lhes o papel director e coordenador no que concerne ao planeamento de curto prazo, bem como a direcção e execução das grandes linhas orientadoras da acção global do Exército.

Estrutura Base do Exército (EBE) assente na malha territorial de há muito implantada, procura-se que corporize as respostas às solicitações operacionais, enquanto detentora de uma forte capacidade administrativo-logística de retaguarda e promotora da obtenção de recursos humanos e do aprontamento de

forças, surgindo como o garante de uma adequada sustentação da Força Operacional Permanente do Exército, através das suas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos. Cabe assim aos Regimentos, em particular (e não será demais enfatizá-lo), o desempenho de um papel crucial no aprontamento de forças para a estrutura operacional, cumprindo-lhes a missão da cedência de unidades instruídas e equipadas, segundo padrões que se desejam de elevada qualidade.

Força Operacional Permanente do Exército (FOPE) tida como a estrutura operacional por excelência, encarregue de projectar, comandar e empregar forças para em TO, deverá integrar Unidades de elevado grau de prontidão e capacidade de resposta, em qualquer tipo de conflito.

À luz deste conceito organizacional parece-nos, pois, evidente e coerente, a separação estabelecida entre as duas estruturas de execução (EBE e FOPE), uma vez que as necessidades da estrutura base não podem ser confundidas, mas antes ser consideradas subsidiárias das necessidades de treino e aprontamento de forças operacionais. Daqui resulta que sem uma EBE forte e capaz, o produto operacional obtido dificilmente atingirá o expectável, tendendo a exibir questionável qualidade, pelo que a necessidade de estruturas regimentais correctamente apetrechadas em recursos materiais e humanos, se revela uma realidade incontornável a atingir, por forma a garantir o adequado, atempado e oportuno aprontamento de unidades para a FOPE.
Por outro lado, as competências cometidas à estrutura de ensino e formação ditam uma fortíssima dependência do Comando de Instrução e Doutrina (CID), nalguns casos exclusiva, como é o caso da EPC.

Ora, a questão que desde logo se coloca é, se este tipo de estrutura (humana e material), dada a diversidade orgânica que por certo se requer – cada Un da Arma tem uma idiossincrasia e organização próprias – se tal estrutura dizia, poderá ou deverá ser apelidada de **encargo operacional** ou antes de **estrutura de apoio à formação (EAF).**

É portanto, dentro deste enquadramento que a Escola Prática de Cavalaria, tendo por missão garantir o ensino e formação dos quadros e de algumas praças da Arma suscita, também ela, a carência de uma estrutura adicional forte que contribua, significativa e decisivamente, para um cabal cumprimento da sua missão e tarefas: isto é, e assumimo-lo como pressuposto, uma estrutura que lhe possibilite replicar com fidelidade, aquilo que constitui o quotidiano das Unidades da Arma no que toca à gestão e utilização de meios e recursos, ainda que aplicados numa perspectiva didáctica.

Da Adequação

Ora, a questão que desde logo se coloca é, se este tipo de estrutura (humana e material), dada a diversidade orgânica que por certo se requer – cada Unidade da Arma tem uma idiossincrasia e organização próprias – se tal estrutura dizia, poderá ou deverá ser apelidada de **encargo operacional** ou antes de **estrutura de apoio à formação (EAF).**

Apesar de neste momento, não estarmos ainda a equacionar o escalão e tipo desta estrutura, admitimos de uma forma não inusitada e como hipótese consistente, que a mesma não andará longe do escalão Esquadrão e que deverá assumir uma tipologia diversificada ou mista, com vista à satisfação de um mais amplo leque de respostas aos quesitos atrás mencionados (virá a propósito relembrar que tal estrutura não constitui novidade, uma vez que ao longo dos tempos ela sempre existiu na EPC sob as mais diversas formas, assumindo inclusive, durante determinado período, uma coexistência das duas anteriormente mencionadas – EOp + EAF).

E é nesta dicotomia que, a nosso ver, se pode divisar o cerne do problema: temos para nós que, **encargo operacional significa o aprontamento e cedência de uma força militar coesa e coerente em termos de pessoal e material, moralmente forte, treinada, equipada e disponível para, dentro dos graus de prontidão superiormente definidos, ser colocada à disposição da Unidade da qual depende/dependerá operacionalmente** (no caso vertente e numa fase inicial, assumindo a dependência de uma das 3 Brigadas existentes, para treino ou aprontamento na condição de Força Nacional Destacada (FND)).

Admitindo como sã e adequada esta definição por nós proposta, dela decorrem, natural e obviamente, uma série de questões para as quais convirá garantir respostas, tanto quanto possível, cristalinas:

Em primeiro lugar, será que poderemos considerar a estrutura da subunidade requerida pela EPC, face aos meios diversificados que naturalmente a incorporarão e às necessidades de ensino e formação específicas, nos diversos materiais e subunidades da Arma, compatível com os conceitos de coerência e coesão inerentes a um encargo operacional?

Ou será que, para garantirmos coerência e coesão, optaremos por uma Subunidade, com constituição orgânica "pura e dura", lançando mão de um dos actuais EOp atribuídos, mas à qual sempre faltarão valências que só uma Unidade de orgânica mista (rodas e lagartas) pode, de facto, oferecer? (e não vemos outro tipo de Un a preencher a maioria destes quesitos que não seja um Esquadrão de Reconhecimento (ERec), pela diversidade de meios que ainda assim oferece em contraste com outra que apenas disponibiliza uma reduzida tipologia de material - Grupo de Carros de Combate (GCC)/Grupo de Auto-Metralhadoras (GAM)).

Optemos nós por qualquer das modalidades estruturais propostas, será a fórmula Encargo Operacional compatível com as necessidades simultâneas de, formação e de ensino tão diversificados (TPO, CFS e CPC + Cond e Ap de viaturas blindadas) por um lado e de promoção e execução de um programa específico para o aprontamento de uma força operacional credível, por outro?

Poderá um Encargo Operacional, neste contexto de ambivalência, garantir e suportar graus de prontidão e exigência que obrigam à sua completa disponibilização entre os 10 e os 90 dias (categorias 3 a 8)?

E no que concerne aos quadros de tal estrutura (Oficiais e Sargentos) será possível separá-los daquilo que constitui o Corpo de Instrutores da própria Escola garantindo, numa óptica de exclusividade e disponibilidade, apenas e só a instrução e treino de preparação operacional do encargo ou vice-versa?

Mas ainda que seja possível responder afirmativamente a todas estas questões, como irá ser suprida pela EPC a ausência deste EOp quando empenhado, quer nos diversos exercícios nos quais terá obrigatoriamente de participar quer antes, durante e após uma projecção enquanto FND?

Relembro aqui que, no primeiro caso (Exercícios), estamos a falar de empenhamentos anuais que poderão atingir os 90 dias e que no segundo caso (FND) estamos a antever, no mínimo, 12 meses de empenhamento (fase de treino/aprontamento e fase de empenhamento em Teatro) aos quais acrescerá, no mínimo, 1 mês de licenças e de recuperação/regeneração.

É que não podemos equacionar este encargo à luz dos encargos operacionais existentes há 20 anos atrás, onde estes se resumiam a participar em Exercícios nacionais, no âmbito de um GRec de um I CE, e no qual a participação muitas vezes se resumia a uma célula de resposta, dada a existência de limitações de toda a ordem e para os quais, a única previsibilidade de emprego assentava na remotíssima probabilidade de ter de assumir a defesa do Território Nacional.
A realidade actual é, porém, bem diferente e incomparavelmente mais exigente, obrigando e implicando uma disponibilidade e preparação completamente diversas, as quais se constituem, em nossa opinião, como óbice e ónus incomportáveis para uma solução deste tipo.

E já que abordámos a questão fundamental e incontornável da disponibilidade, nunca será demais referir que idêntica disponibilidade será também, por certo, requerida pelo Comando da EPC para fazer face aos desafios que se lhe colocam no âmbito do ensino e formação.
Daqui resultariam, inevitavelmente, conflitos de interesses entre as necessidades operacionais e as de formação, cujos inconvenientes se tornam numa insofismável evidência e sobre os quais resulta, pois, desnecessário elaborar.
Esta necessidade de disponibilidade permanente e dual conduziria à necessidade do estabelecimento de prioridades. E no que toca às prioridades a atribuir, quem iria definir o "quê", o "como", o "quando" e o "para quê" ? No fundo, quem iria prioritizar a execução das tarefas críticas desta "dupla missão" ou, talvez com mais propriedade, desta "missão dupla"? Seria o Comando Operacional (CmdOp)/Brigadas ou seria o CID? Seria possível e viável compatibilizar interesses e calendários? Em última análise, quem decidiria?

Da Razoabilidade

Ora, se existe alguma razoabilidade na argumentação atrás exposta e se torna difícil, ou mesmo impossível, responder afirmativa e inequivocamente, a todas as questões levantadas, então será lícito concluir que a solução não se encontra na atribuição de um EOp à EPC, antes na atribuição de uma **Unidade de Apoio à Formação (UAF)**, com meios e valências diversificados, capazes de garantir um primeiro "sentir das Unidades da Arma" e servir os pressupostos e necessidades de ensino e formação já por diversas vezes enunciados e referenciados.

Para se atingir tal desiderato, deve ser conseguida uma solução de custos mínimos e rentabilidade máxima, isto é, a **solução de menor denominador comum de inconvenientes**, tão adequada a circunstâncias de absoluta necessidade e escassez de meios como a que estamos a equacionar, por se revelar, quanto a nós, a mais prudente, equilibrada e eficaz. Tal solução concretizar-se-ia recorrendo à distracção dos meios considerados necessários dentre os existentes nas várias Unidades da Arma, sem contudo levar ao comprometimento operacional (e até, porventura, existencial) que a cedência de uma Unidade orgânica completa, previsivelmente, acarretaria para as mesmas.

Em nosso entender, tornar-se-á mais fácil, menos oneroso e, sem qualquer dúvida, menos "doloroso" para os Regimentos, constituir uma "poule" de meios para cedência, do que prover uma das suas Unidades constituídas que, dado o escalão previsivelmente necessário, implicaria, nalguns casos, o esvaziamento quase completo da mesma e a perda, convém referi-lo, da única valência que no actual contexto justifica, maioritariamente, a sua existência enquanto Unidade – o aprontamento de um encargo operacional.
E aqui reside, uma diferença fundamental entre Regimentos e Escola Prática: no caso da Escola, a sua existência, ou melhor, a sua sobrevivência, justifica-se e colhe em razões bem diversas das da necessidade operacional e, portanto, ao invés do que acontece com as restantes Unidades de Cavalaria da EBE não carece, para se justificar, da fundamental e imprescindível necessidade de atribuição de um EOp.

Como nota final, no que à questão da razoabilidade toca e procurando suportar e justificar a opção por uma fórmula diferenciada da do EOp, defendemos que a primeira

vivência e contacto dos nossos Quadros com unidades cuja actividade operacional é o seu mister, podem e devem continuar a ser garantidos, em estreita parceria, tal como vem acontecendo do antecedente, com as Unidades de Cavalaria da EBE, através do recurso à utilização dos seus EOp.
Desta forma é possível, durante um período considerado adequado, responder às exigências complementares do ensino e da formação, proporcionando-se, simultaneamente, um contacto directo com as diversas realidades não só das Unidades da Arma, mas também do escalão superior a que pertencem (Brigadas).

É que não podemos equacionar este encargo à luz dos encargos operacionais existentes há 20 anos atrás, onde estes se resumiam a participar em Exercícios nacionais, no âmbito de um GRec de um I CE, e no qual a participação muitas vezes se resumia a uma célula de resposta...
...A realidade actual é, porém, bem diferente e incomparavelmente mais exigente, obrigando e implicando uma disponibilidade e preparação completamente diversas, as quais se constituem, em nossa opinião, como óbice e ónus incomportáveis para uma solução deste tipo.

Teríamos assim, a continuação de uma presença assídua e profícua, dos nossos jovens quadros no CMSM, no RC 6, no RL 2 e no RC 3, num âmbito diferenciado e complementar de empenhamento e vertente didácticos, continuando a permitir o subir de um patamar de contacto, desta vez com as diversas realidades operacionais, possuidoras de experiências efectivas e diversificadas adquiridas no âmbito de missões desempenhadas em diferentes TO podendo, pois, acrescentar reais "mais valias", à fase de aprendizagem anterior.
A aposta na continuidade e incremento desta opção teria ainda, e quanto a nós, a vantagem de potenciar e permitir, de acordo com as vivências experimentadas, uma opção mais credível e fundamentada, aquando das escolhas para futura colocação, factor que não consideramos, de todo, despiciendo.

A "outrance", e se a opção recair na fórmula encargo operacional… então 4 questões fundamentais se colocam desde já: de que escalão, de que tipo, donde vem e quando vem?

Das Possíveis Escolhas

Como pretendemos tornar claro e anteriormente defendemos, a opção pela fórmula encargo operacional, acarretará sempre soluções de compromisso, em termos de orgânica, treino, prontidão e empenhamento versus apoio ao ensino e formação, pouco compatíveis com o desiderato da coerência, operacionalidade e disponibilidade caracterizadores de uma Unidade daquele tipo.
Mas, se ainda assim, a opção for por esta fórmula, então há que questionar sobre qual a Unidade que deverá garantir a cedência de tal encargo. E aqui, sejamos honestos, frontais e claros: a admitir como válida, a hipótese escalão e tipo anteriormente levantada, e recordo – Esquadrão de Reconhecimento – será lógico inferir que a única Unidade da Arma que se perfila imediatamente disponível para o poder fazer será o RC 6. E isto, por várias, elementares e, para nós, óbvias razões:

- em primeiro lugar porque (e este será sempre o argumento maior dos defensores desta tese), tem ao momento atribuídos 2 encargos operacionais (1 GAM e 1 ERec), podendo pois "prescindir" de um deles sem comprometer, na linha do que anteriormente expusemos, a sua sobrevivência.

- em segundo lugar e seguindo a mesma linha de raciocínio, porque,

- a hipótese de ser o RC 3 a fazê-lo comprometeria, a nosso ver irremediavelmente, as suas aspirações a conservar o tal "argumento de sobrevivência" e também, um dos factores distintivos de uma Unidade de Cavalaria pelos quais o Regimento de há muito vem lutando denodada e estoicamente e que, todos nós, sem excepção, deveremos continuar a apoiar, como forma de preservar o *footprint* mínimo, desejável e exigível, enquanto Arma.

- a hipótese, meramente académica, de vir a ser o ERec da Brigada Mecanizada a preencher este quesito, contaria obviamente com uma cerrada e atendível oposição vinda dos mais diversos quadrantes, nomeadamente da BrigMec, porquanto, ao ter perdido

- o seu vínculo Regimental e apesar de contar a seu favor com o factor proximidade da Un mãe, contrariaria o racional de a cedência se concretizar a partir da EBE (passando a efectivar-se a partir de uma Unidade da FOPE) ; daí a considerarmos meramente académica que não totalmente absurda.

- finalmente, o RL 2, dada a sua especificidade, estaria, confortavelmente, na posição de privilegiado observador, não entrando sequer no campo das mais remotas e ousadas hipóteses (presumo…)

Desta forma, estaria pois justificado, o ónus da cedência vir a recair no RC 6, visto tratar-se de modalidade de acção única e inevitável.

Respondidas que foram as três primeiras questões, é chegada a altura de abordarmos o "quando".

Sabendo-se que neste momento, o GAM do RC 6 se encontra face aos níveis de esforço definidos, num estado incipiente de levantamento dos seus Estado-Maior (EM), Esquadrão de Apoio de Combate (EAC) e Esquadrão de Apoio de Serviços (ECS) e que dispõe apenas de 1 dos 3 Esquadrões de Auto-Metralhadoras (EAM);
Sabendo-se que para as futuras Auto-Metralhadoras (AM) ainda não se encontram definidos critérios e calendários de aquisição tendo, por consequência, que se esperar mais algum tempo (entenda-se aqui o "algum" como um sinal de verdadeira crença e optimismo da nossa parte) pela recepção das mesmas;
E, sabendo-se ainda, que a BrigInt procura afirmar-se e ocupar verdadeiramente o seu espaço, aprontando forças no âmbito NRF e FND e preparando-se para se constituir numa Grande Unidade (GU) de valências ímpares no seio do nosso Exército, após a recepção dos novos equipamentos;

E aqui reside, uma diferença fundamental entre Regimentos e Escola Prática: no caso da Escola, a sua existência, ou melhor, a sua sobrevivência, justifica-se e colhe em razões bem diversas das da necessidade operacional e, portanto, ao invés do que acontece com as restantes Unidades de Cavalaria da EBE não carece, para se justificar, da fundamental e imprescindível necessidade de atribuição de um EOp.

Poderemos facilmente concluir que a cedência do ERec, neste momento, corresponderia à cedência do único EOp verdadeiramente disponível no Regimento e à efectiva desafectação da única Subunidade de Cavalaria , de emprego imediato no âmbito da BrigInt, a qual, estamos certos, só em circunstâncias extremas e relutantemente, quer esta GU quer o Comando do RC 6, concordariam em ceder.
Por outro lado, o protelar desta cedência até ao levantamento efectivo do GAM não cumpriria, certamente, com um dos quesitos da EPC, ainda não abordado, mas para nós implícito, o da cedência se fazer "em tempo oportuno" obrigando, ainda assim, a um autêntico "baralhar e dar de novo" no que às responsabilidades de aprontamento já calendarizadas concerne, vindo a constituir-se, no imediato, num inaceitável quebra-cabeças para toda a estrutura operacional do Exército.

Das Conclusões

Pelo exposto e para que a abordagem desta questão não constitua somente um mero exercício intelectual, mas resulte em palpáveis e viáveis resultados, se e quando este problema se colocar, pensamos que a solução mais viável, tentando contemplar todos os interesses em equação, será a da constituição de uma **Unidade de Apoio à Formação, com orgânica mista e valências diversificadas onde o factor operacional não se constitua como óbice à sua principal missão:** a permanente disponibilidade para apoiar a EPC no ensino e formação dos recursos humanos que constituem sua responsabilidade, mas dos quais todos nós usufruímos.

Quanto à possível orgânica, meios e equipamento, se for esta a solução adoptada, tal deve ser objecto de uma outra reflexão e abordagem de pormenor.
Ao tempo, deverão os Regimentos procurar gerar, em sintonia com o Comando da EPC e demais Comandos envolvidos, os tão convenientes compromissos e as tão desejadas "sinergias", capazes de contemplar as necessidades daquela Escola e defender os vitais interesses dos Regimentos.
No fundo, tratar-se-á de fazer jus à velha máxima da *vox populi* "entendam-se e organizem-se…", evitando a mitogenia e o alarmismo fáceis, em nome dos superiores interesses da nossa Arma e do nosso Exército.

Porque Regimentos e Escola são "água de uma mesma nascente", porque Regimentos sem Escola representam apenas "órfãos em famílias de acolhimento" e porque uma Escola sem Regimentos para alimentar, perdoem-se-me todas estas analogias, será sempre "um Restaurante de primeira… mas sem clientes" e, portanto, com tendência para encerrar há que evitar, a todo o custo, um extremar de posições e consequente divórcio, por forma a preservar o que resta, potenciar o que existe e permitir que, de facto, haja futuro… para todos nós…

PS: Ainda que datada de Janeiro do presente ano, considera o autor continuar esta análise actual e plausível, enquanto elemento de reflexão.

Braga, Janeiro de 2007

TCOR Cav Rui Sampaio de Oliveira
2.º Comandante do RC 6

O Lugar do Apontador

Maximiano Santos Ferreira
Sargento-Mor do RC 6

Julgo ser da mais elementar justiça iniciar estas breves mas sinceras palavras com uma manifestação de apreço ao Regimento de Cavalaria N.º 6, que me viu nascer como Sargento do Quadro Permanente. Após 30 anos de serviço, 24 dos quais nesta Unidade, aqui atingi a plenitude, o auge da minha Carreira, tendo exercido, durante os últimos 5 anos, as funções de Adjunto do Comandante e Chefe da Categoria de Sargentos.

Tendo chegado o momento de deixar o Regimento dos Dragões de Entre-Douro-e-Minho e as funções de Adjunto do Comandante, fruto da legislação em vigor (Despacho de 14MAR03 do TGEN AGE), é com grande mágoa e tristeza que deixo o convívio de todos os que servem o Regimento, mas consciente do dever cumprido.

Em jeito de conversa, dizia-me há dias um camarada de armas que "a função do Sargento-Mor ainda é aquilo que o Comandante quer". Não seria sincero da minha parte se não dissesse que discordo plenamente da opinião. Ao longo dos 5 anos em que desempenhei funções, todos os Comandantes, sem excepção, orientaram o seu Comando pelos ditames do respeito, compreensão e elevado sentido ético, qualidades militares e humanas, que não só enaltecem o seu desempenho como Comandantes, mas também a Categoria de Sargentos, o Regimento e a função do Sargento-Mor.

O desempenho das tarefas regulamentadas através do EMFAR, tornaram o Sargento-Mor num posto de destaque na hierarquia militar e de grande importância na chefia da Categoria de Sargentos.

Desde o primeiro dia até ao momento da partida sempre me senti apoiado por todos os excelentes amigos e camaradas que com garra, brio profissional e sentido de responsabilidade, servem no Regimento de Cavalaria N.º 6, dignificando a Categoria de Sargentos, o RC 6 e o Exército. Seria ingratidão minha, não referir o quanto carinho recebi de todos eles.

Não queria terminar sem dirigir uma palavra de apreço e gratidão ao actual Comandante, que sempre me franqueou as portas do Gabinete, ouviu e respeitou. Bem haja!

Por último e, para todos aqueles que devota e carinhosamente continuam a servir o Regimento de Cavalaria N.º 6, o meu generoso e sentido obrigado e que Deus vos dê tudo de bom. Jamais vos esquecerei.

Muito Obrigado.

"O desempenho das tarefas regulamentadas através do EMFAR, tornaram o Sargento-Mor num posto de destaque na hierarquia militar e de grande importância na chefia da Categoria de Sargentos."

ENTREVISTA COM A HISTÓRIA

Neste espaço procuraremos apresentar, sob a forma de entrevista, o pensamento e as memórias de militares ilustres do Exército Português, que possam pelo seu carisma e experiência de vida, proporcionar valor acrescentado às gerações mais novas de militares da Arma.

Esta série de entrevistas inicia-se com o depoimento do Tenente-General Carlos Azeredo

Dragões de Entre Douro e Minho – Meu General, existem na sua família antecedentes militares, o que o levou a optar pela carreira das armas? Considera que a sua opção esteja relacionada com as condicionantes sócio culturais e económicas da sua região?

General Carlos Azeredo – Próximo não havia. O último militar da minha família foi o General Francisco Paula de Azeredo. O meu trisavó foi o Capitão de milícias de Penafiel na Guerra Peninsular. A minha família era monárquica e, quando veio a República, retirou-se de toda a actividade pública, com a ideia de não servir o novo regime. O meu pai frequentava o 2.º ano de Engenharia, quando rebentou a Monarquia a Norte, no Porto, com Paiva Couceiro. Alistou-se no Real Batalhão Académico, tomou parte nos combates em Penude e Régua. Às tantas o movimento acabou e o meu pai esteve fugido por um período de mais ou menos quatro anos. Tínhamos uma casa nas serras, onde ele se refugiou e o curso foi-se… Não acabou o curso porque havia uma perseguição a quem tinha andado a fazer a guerra à República. O meu avô materno, Lourenço Noronha e Távora, derrubou a ponte de Mosteiro sobre o rio Douro, por ordem de Paiva Couceiro. Depois, quando acabou a Monarquia a Norte, andou por Espanha, França e Goa, onde tínhamos propriedades, da parte da família da minha mãe, do tempo das conquistas, que se avultaram com algumas terras. Foi condenado, à revelia, a 28 anos de prisão. Portanto, estes são os meus antecedentes. De facto, sempre gostei da tropa. Andei na Mocidade Portuguesa, no Hipismo do Capitão Frazão. Tive, também, um primo que foi Oficial de Cavalaria no Regimento de Cavalaria N.º 6, onde frequentei aulas de equitação.

DDEM – Como vê actualmente a sua passagem pela Academia, a experiência lá adquirida e a formação recebida?

GEN Azeredo – Cursava em Novembro de 1948 o Curso de Preparatórios Militares na Faculdade de Ciências do Porto, quando abriu o mesmo curso na antiga Escola do Exército (EE), onde fui admitido e onde terminei o curso para a Arma de Cavalaria em 1951, na 7.ª posição dos 15 Aspirantes do meu curso.
A formação que nos foi dada fundamentava-se no culto da honra, do dever e da coragem.
Recordo a figura do Coronel de Artilharia Eduardo Gentil de Sousa Beça, combatente na guerra civil de Espanha, condecorado com a medalha da Torre de Espada, que no comando das tropas marroquinas, tomou parte na batalha para a conquista de Madrid e comandava as primeiras forças nacionalistas que entraram na cidade.
Comandava a 2.ª Companhia do Corpo de Alunos, a que pertencia o Curso de Cavalaria. Era o paradigma do Aprumo, da Coragem e do Dever cumprido.
O estudo da táctica seguia muito de perto a doutrina do exército Alemão, que era totalmente a da guerra clássica, quer se tratasse de meios blindados, quer de meios hipo, estes últimos mais aptos para operações nas áreas montanhosas do centro e norte do TN. Com a entrada na NATO, adoptamos a doutrina americana que se praticava nos exercícios da 3.ª Divisão em Santa Margarida.

DDEM – Na carreira de um Oficial existem diversas fases, como recorda a sua vida como Oficial Subalterno, como Capitão, Oficial Superior e Oficial General?

GEN Azeredo - As melhores recordações da minha carreira militar centram-se nos meus tempos de Subalterno e Capitão no Ultramar e posteriormente, de Oficial General.
Sendo a guerra em si algo de terrível e desumano, é contudo a situação em que o homem se mostra autêntico, para o bem ou para o mal, onde se estabelecem laços de camaradagem, amizade e respeito para sempre e uma prova dura da qual se pode sair limpo na alma, tranquilo, na consciência e orgulhoso do Dever cumprido com humana galhardia.
No quadro de Oficiais Generais, tive a sorte de ter sido assessor militar do melhor político português – o Dr. Francisco de Sá Carneiro. Posteriormente, fui Chefe da Casa Militar, (instituição fundada pelo Rei D. Carlos) do Comandante Supremo das Forças Armadas – o Dr. Mário Soares.
Sendo ele "Laico, Republicano e Socialista", declarei-lhe, quando me apresentei em Belém, que eu era Católico, Monárquico, Conservador e que portanto, a minha nomeação não seria uma boa opção.
Respondeu-me que já sabia e que me queria lá; sempre respeitou as minhas convicções, sempre lhe fui leal, e guardo uma amiga recordação da sua pessoa.

DDEM – O meu General possui uma vasta experiência no que diz respeito a missões além-fronteiras. Como comentaria a sua passagem pelas campanhas de África e Índia?

GEN Azeredo – A luta em Goa contra o Azadd Goamantak Dall (Exército de Libertação de Goa), em 1954, era praticamente idêntica à que se veio a travar em África – Contra-Guerrilha a partir de 61, sem as matanças selvagens do Norte de Angola e com a diferença de os guerrilheiros serem veteranos indianos do 8.º Exército Britânico que lutaram na segunda Guerra Mundial e que a União Indiana "emprestava" aos poucos unionistas goeses. Actuaram sobretudo contra postos fronteiriços guarnecidos por elementos da Polícia do Estado da Índia.
Aquando da Invasão, a Índia usou esquemas totalmente de guerra clássica com uma superioridade de cerca de 18 para 1, com a aviação de caça e de bombardeio, uma força

Sul da Guiné - 1968

naval de 17 vasos de guerra que incluiu 2 cruzadores e um porta–aviões, a que se opunha o nosso velho Afonso de Albuquerque e três lanchas de fiscalização de pescas, em plástico e armadas com uma metralhadora pesada.
Fui Oficial de Ligação entre o Comandante-Chefe, General Vassalo e Silva, e as forças de Segurança: Polícia e Guarda Fiscal. Na manhã do dia 18 de Dezembro de 1961, montei e comandei a segunda linha de defesa da Península de Mormugão, armado com uma espingarda Kropatchek de 1890 e duas metralhadoras Ligeiras Lewis da guerra 14/18.
Essa linha de defesa e a primeira linha, cerca de 2.000 metros à minha frente foram mantidas até cerca das 16 horas de 19, altura em que, na sequência de um cessar-fogo, nos foi ordenada a retirada para a cidade e quartel de Vasco da Gama, onde largámos o armamento e desmobilizámos o pessoal Goês que retirou para as suas residências, enquanto que para nós se iniciou um longo cativeiro de cerca de meio ano.
Em Cabinda, comandei junto à fronteira Norte com o Congo Brazzaville o Esquadrão 681 do Grupo de Cavalaria 682 comandado pelo TCOR Serra Pereira. Eu tinha a vantagem da experiência do Ultramar, na medida em que já iniciava a minha terceira comissão, enquanto os restantes Capitães iniciavam a primeira. O Regulamento de Campanha que nos orientava, era bastante bom e antes de sair para patrulhamentos indicava a cada um dos meus 3 Pelotões, as suas respectivas missões em caso de emboscada, fixação do IN, segurança e reserva, as quais variavam conforme o inimigo atacasse sobre o 1.º, 2.º, ou 3.º Pelotão. Estas acções eram treinadas até à exaustão junto ao aquartelamento, de modo a que as diferentes reacções fossem automáticas e imediatas. Quanto às colunas auto, só os condutores e carga seguiam nas viaturas, precedidas de uma equipe de "picas"[1] que pesquisavam as minas Anti-Carro (AC).
Dois Pelotões seguiam em coluna de cada lado do itinerário, ocupando uma profundidade de 30 a 50 metros atrás da equipa de "picas", que seguia 20 a 40 metros à frente. O 3.º pelotão constituía a possível reserva. Dizia aos meus homens que valia mais gastar tempo e as pernas, que ficar sem elas ou morrer se pisassem uma mina Anti-Pessoal (AP).
Este esquema deu-me óptimos resultados no Sul da Guiné, onde, entre a Chamarra e Ponte Balana, no itinerário traçado quase em recta na selva, de pouco mais de 12 Kms, levantamos numa só viagem 42 minas AC e AP. O Pelotão que flanqueava a coluna pelo lado Sul/Sueste, chegou a surpreender um grupo inimigo preparado para accionar um fornilho que se pôs em fuga.

DDEM - O meu General comandou diversas unidades. Como vê o acto de comandar na sua época comparativamente à actualidade?

GEN Azeredo – Comandar obedece a regras imutáveis através do tempo, já que se trata de homens, que na sua essência também permanecem iguais: manter a autoridade, sem distância, mas sempre atento aos problemas e dificuldades dos seus subordinados.
Dar o exemplo nos momentos difíceis de perigo; manter sempre uma atitude de optimismo, mesmo nas dificuldades. Ser justo no castigo e no prémio, cultivar a proximidade sem familiariedade. Se possível, falar frequentemente com os seus homens. Ter sempre presente que a punição disciplinar deve ser o mais rapidamente possível aplicada no seguimento da falta cometida e respeitar e fazer respeitar os prisioneiros, porque mesmo adversários, eles são sempre homens.
Deixei de comandar há 27 anos, mas penso que talvez actualmente seja mais difícil com a absurda legislação aprovada no início da década de oitenta.

DDEM – Considera a sua passagem pela Casa Militar do Presidente da República uma experiência decisiva no seu percurso? De que forma?

GEN Azeredo – Foi decisiva para compreender como a ignorância da especificidade e diferença da Instituição Militar por parte de um Ministro da Defesa, pode permitir tanta asneira: começou pelo afastamento forçado dos Coronéis mais antigos e com o consequente corte na transmissão de tradições, de factos vividos que promovem o espírito de corpo das armas e das unidades.
A modificação do processo de nomeação das Chefias que, do antecedente, eram uma emanação da hierarquia, para passar a ser uma iniciativa política eivada de partidarismo.
Todas estas questões levantaram conflitos entre a minha pessoa e o Ministro da Defesa, a nível do Conselho Superior de Defesa, onde eu não tinha voto, mas palavra como Assessor Militar do Comandante Supremo das Forças Armadas.
O meu percurso como militar acabou na Chefia da Casa Militar, já na reserva, mas no serviço activo por Decreto Presidencial.

DDEM – O meu General já escreveu alguns livros. Quando e como descobriu a sua veia de escritor?

GEN Azeredo – Com vinte e poucos anos escrevi um livro de poemas, numa edição muito limitada, uma centena e meia de exemplares.
Como Brigadeiro, na sequência de uma "porrada" (10 dias de prisão), por ter escrito uma carta a uma Chefia Militar a propósito de uma dívida que não pagava, fui afastado de 2.º Comandante da Região Militar do Porto, exilado para Lisboa, para a Inspecção-Geral do Exército e para encher o tempo escrevi sobre a 2.ª Invasão Francesa e a resistência das populações, um livro que se esgotou rapidamente e já teve várias edições.
Já na situação de reforma e porque se multiplicavam "crónicas" sobre o 25 de Abril e referências incorrectas, coloridas de uma certa esquerda populista e revolucionária, achei necessário deixar em letra de forma o meu depoimento, o depoimento de quem comandou o Movimento Militar de 25 de Abril de 74 no Porto e Norte do País e foi depois Governador Militar e Comandante-Chefe da Madeira, Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal, Presidente da Junta Geral e Presidente da Junta Governativa da Madeira, (Só não fui Bispo, porque não tinha preparos), Assessor Militar do 1.º Ministro Dr. Sá Carneiro e, finalmente, Chefe da Casa Militar do Comandante Supremo das Forças Armadas, Dr. Mário Soares. Já na reforma escrevi as minhas memórias.

DDEM – Recorda-se alguma história divertida que o tivesse marcado de alguma forma especial?

GEN Azeredo – Estava eu em Cabinda, no posto do Massabi, a Norte da lagoa do mesmo nome, quando fui avisado que uma jibóia estava a dormir no galinheiro do régulo da Manenga, após ter engolido 6 galinhas e pediam para eu lá ir matar o bicho. Lá fui num jipão, levava um dos muitos barris já vazios, que iam da Metrópole com vinho para o rancho e um tampo. Apanhei a cobra, que levei para o aquartelamento. Fez-se uma gaiola com 2x4 metros e ali ficou instalada a Guidinha que, de 5 em 5 dias, deglutia um gato, perante o pessoal do Esquadrão em silêncio total, que tinha ali uma das poucas distracções.
Acabaram os gatos no Massabi e instituí a captura de gatos na cidade de Cabinda que o pessoal trazia nos sacos de lona do correio que regressavam vazios. Eu pagava uma cerveja por gato.
Aquilo espalhou-se e comecei a ter visitas para verem o espectáculo, cuja fama chegou a Luanda.
A par da Guidinha, tínhamos no Esquadrão, o Escaropa, bom moço, ex-ascençorista de um hotel de Lisboa que demorava 10 minutos para disparar a sua FN (antes da G3) e cujo relatório psiquiátrico de Luanda muito me preocupou. Servia à mesa na messe de Oficiais do Esquadrão e respondia invariavelmente à minha pergunta: "Escaropa quem manda?" E ele respondia: "O o o no no nosso que que querido Sa Sa Sal azar!" E fazia a continência da Mocidade Portuguesa com o braço direito, enquanto segurava a travessa dos feijões ou de grão-de-bico com a mão esquerda.
Ora entre as visitas que recebemos no Massabi apareceu lá o nosso General Andrade e Silva, Comandante-Chefe a visitar a unidade e a informar-se da actividade operacional.
Depois quis ver a Guidinha, mas ela tinha engolido um gato na véspera e nada conseguiu acordar o bicho da sua letargia digestiva. Fomos para o almoço presidido pelo meu antigo mestre de Geografia na Escola do Exército, e eu sentado à sua direita. Tinha dispensado à sua cadeira e, relembrando os bons tempos da Escola do Exército (EE), recitei de uma assentada os pontos de passagem do Sistema Central Divisório da Península.
Aí ele olhou para mim com ar estranho e disse a rir: está autorizado a esquecer. Nesse momento aparece na porta do fundo da messe o Escaropa com a travessa de comida e eu viro-me para o nosso General e pergunto-lhe: Meu General, dá-me licença? Sim sim, e eu viro-me com as mãos de cada lado da boca e berro: "Escaropa, quem manda?" E do fundo do braço erguido, ele responde:" O o o no no nosso que que querido Sa Sa Sal azar!" E eu viro-me e digo, em tom de quase segredo: "Meu General, este rapaz promete muito! Se não for Ministro, vai pelo menos a Deputado!"
E o nosso General olhou-me com um ar divertido e confidenciou para o Chefe do Estado-Maior, à sua esquerda: "Estes já estão tomados pelo clima!"
Mais tarde, já em Lisboa, voltei a encontrar o General Andrade e Silva na Academia Militar, na comemoração da nossa admissão, 40 anos antes, à antiga EE. Ao cumprimentá-lo, constatei que ele não se esquecera pois lembrou a graça com simpatia.

DDEM – Considera que a sua família preponderante ao longo da sua vida?

GEN Azeredo – Acho que sim, aliás a minha mulher, 4 filhos e 12 netos têm fatalmente de ter preponderância na vida de uma pessoa normal.

DDEM– Possui actualmente algum projecto? Qual?

GEN Azeredo – É difícil ter projecto num País em que a corrupção e a incompetência quase generalizadas se sucedem. Tenho a impressão que estamos a ser governados por gente que na sua maioria não sabe, ou esquece a nossa História, em que se atacam os dois pilares da nossa Nacionalidade: a Igreja e as Forças Armadas; em que se aumentam, ano a ano, os sacrifícios impostos aos Portugueses sem se verem resultados, em que se tomam decisões importantes contraditadas, no espaço de semanas, em que nos habituamos a viver abertamente de mão estendida para os donativos de Bruxelas.
De Heróis do Mar, de um Nobre Povo, de uma Nação Valente, fizeram de nós os pedintes da Europa de fundilhos rotos. O regime que nos governa é uma "partidocracia" omnipresente, que corrompe a verdadeira Democracia e o próprio Parlamento representa menos os cidadãos e mais os partidos, cujos candidatos a deputados ou a 1.º Ministro são nomeados pela estrutura partidária, sem audição prévia dos eleitores.

DDEM – Face às restantes notícias sobre a reestruturação das carreiras. Como prevê os futuros cenários? Há luz no fundo do túnel?

GEN Azeredo – Sempre que os vários governos falam em reestruturação do Exército eu tremo, porque o habitual pode traduzir se pela expressão: REESTRUTURAR = CORTAR, CORTAR, CORTAR.
Com esta experiência que já vem de 1974, em minha opinião é que o "túnel" vai continuar sem qualquer luz à vista lá no fundo. Prova: cada Governo renova a Lei de Programação Militar, para implementar dentro de x anos. Como os Governos caem antes dos tais x anos, nem o primeiro item da lei – a aquisição de uma nova arma ligeira para substituir a velha G3, foi até agora cumprido.

DDEM – A actual conjuntura militar mundial é diferente da sua época, contudo, consegue traçar aspectos comuns?

GEN Azeredo – Que os actuais Militares nunca esqueçam os valores da Dignidade, de Missão e de Disponibilidade, mesmo sabendo que a moeda cunhada pelos Governos para pagar os imensos serviços que prestamos à Comunidade Nacional tem a imensa grandeza da imensa ingratidão com que tratam, a Instituição Castrense, logo que não precisam dela.

[1]Sapadores responsáveis por pesquisarem minas.

Quebo - Guiné, Novembro de 1968

NOÇÕES BÁSICAS DE SOCORRISMO

O primeiro socorro rápido, adequado e eficaz é fundamental para a preservação da vida, a prevenção de complicações e diminuição de riscos e sequelas parciais e/ou permanentes, pode fazer a diferença entre a vida e a morte.

O Socorrismo actualmente é uma verdadeira especialidade da Medicina. Cada vez mais existem profissionais de saúde ligados à emergência médica e primeiros socorros, tirando cursos tais como: Suporte Básico de Vida (SBV), Suporte Avançado de Vida (SAV), Trauma e Emergência Médica e outros, que já implicam o uso de fármacos e instrumentos de ressuscitação cárdio--respiratória, material de trauma e diversos, sendo necessário, além de um curso de base, muitas horas de especialização e treino.

Na vida militar, devido à especificidade de funções,

"O primeiro socorro rápido, adequado e eficaz é fundamental para a preservação da vida..."

o risco de acidente e de ameaça à saúde é uma realidade inquestionável. A pensar no militar e no cidadão em geral, vamos aproveitar o boletim informativo do RC 6, para transmitir algumas noções básicas de socorrismo, para que de alguma forma possamos contribuir e melhorar a prestação de primeiros socorros, estando convictos que pequenos gestos podem salvar vidas. Não necessitando de ser técnico ou profissional de saúde, qualquer um poderá ser socorrista, já que o simples alertar, prevenir novos incidentes ou acidentes, o apoio psicológico …, no mínimo está ao alcance de qualquer um, independentemente da actividade que exerça.

Existem várias definições de Socorrismo, na perspectiva extra–profissional ou técnico de saúde, que podemos definir **como um conjunto de acções e técnicas expeditas previamente apreendidas e sistematizadas, aplicadas no primeiro socorro que permite: prevenir, tratar, estabilizar e evacuar o acidentado, ou até chegarem entidades de saúde mais competentes**.

Nos países mais desenvolvidos a meta é: "Uma pessoa, um socorrista" e é encarada com uma responsabilidade social, um direito e um dever cívico. Em termos militares diria que é uma obrigação. O imponderável, o acidente, é uma realidade do dia-a-dia no trabalho, em casa, ou na rua, a qualquer hora e em qualquer lugar, é provável que algo de improvável venha a acontecer e, nessa altura, todos nós gostaríamos de saber um pouco mais, sobretudo saber o que fazer.

Número Internacional de Socorro

112

O papel do socorrista consiste em saber prestar o auxílio seguro e eficaz e evitar o agravamento da vítima no local ou no transporte, o que assume particular relevância, embora com as restrições obviamente sentidas, mas que, como já referimos, podem fazer a diferença entre a vida e a morte. Assim definimos o papel do socorrista como:

Primordial: Porque perante um ferido, o socorrista deve manter o «sangue frio», dar o alerta, efectuar o primeiro socorro, «estabilizando» a vítima, dar apoio psicológico e impedir qualquer comportamento inadequado dos assistentes. Sem a sua acção a vítima poderá ter complicações sérias, inclusive a própria morte. Daí o seu valor e sua importância.

Limitado e Temporal: Porque o socorrista intervém graças aos seus parcos conhecimentos e à sua técnica. Frequentemente tem de improvisar. É ele que dá o alarme e/ou toma providências nesse sentido. A sua função como responsável termina com a chegada de profissionais de saúde mais competentes, ou instituições de emergência médica como o INEM.

No âmbito militar, a acção do socorrista estende–se até à chegada do serviço de saúde militar.

Qualidades de um Bom Socorrista: A atitude comportamental do socorrista numa situação de socorro não é nada fácil, exigindo de cada um o máximo empenho e esforço. Intervir significa agir. Mas, para tal, é necessário entrar no domínio dos "três saberes: Saber Saber, Saber Ser e Saber Fazer"**.**

Para isso é necessário ter, desenvolver e aperfeiçoar várias qualidades físicas psíquicas e sociais, tais como: ser observador, preventivo, perseverante, metódico, técnico dextro e prático, manter frieza de espírito, escrupuloso, afável, expedito, calma e domínio da situação, assertivo, moderado, evitar conflitos, entre outras.

Princípios Gerais de Socorrismo: A actuação de um socorrista deve basear-se em princípios previamente definidos. Perante uma ocorrência que necessita de socorro, deve ter sempre presente as seguinte siglas: **OPASE**, que significam: Observar, Prevenir, Alertar, Socorrer e Evacuar.

• **Observar:** Fazer o ponto de situação, definir prioridades, elaborar mentalmente e de imediato um plano de acção.

• **Prevenir:** Evitar o agravamento do estado da vítima, afastar o perigo da vítima e/ou a vítima do perigo, avaliando a segurança do local do sinistro ou da ocorrência, evitar novos acidentes.

Ter sempre em consideração e avaliar os riscos pessoais e de terceiros, usar o bom senso, não se transformar também em vítima.

• **Alertar:** Sempre que a situação o exija, alertar ou mandar alertar as entidades competentes, devendo ser preciso, conciso e apenas prestar as informações importantes; **O Número Internacional de Socorro é o 112.**

Em termos militares, os contactos de socorro também estão previamente estabelecidos e normalizados por NEPs adaptadas às circunstâncias, nomeadamente ao Teatro de Operações, onde os procedimentos devem estar sistematizados e apreendidos pelos diversos intervenientes da cadeia hierárquica e órgãos de serviço de saúde militar.

• **Socorrer:** Agir em conformidade, definir prioridades prestando os primeiros socorros de forma voluntária e eficaz com o objectivo de cuidar o seu semelhante, desinteressadamente, não importando religião, raça, valores, política ou outras circunstâncias sociais.

• **Evacuar:** Manter a vítima estável até chegar ajuda mais credenciada, colaborar na evacuação hospitalar e, em casos que se justifique, assegurar a evacuação com os meios que dispõe.

Exame da Vítima: Princípio Básico: se não sabe não mexe, nem deixa mexer quem não sabe.

O exame e o consequente socorro de uma ou de várias vítimas somente deverá ser efectuado após estarem reunidas as condições de segurança para intervir, ou seja, temos de prevenir antes de agir. O princípio é, se temos uma vítima não vamos arriscar a nossa vida e a de terceiros sem antes observarmos e proporcionarmos as condições de segurança. Só então avançamos para o exame primário.

• **Exame Primário:** consiste em avaliar os indicadores das funções vitais, das quais depende a vida da vítima: consciência, ventilação ou respiração e circulação.

Passaremos sempre para o exame primário, saltando qualquer outro, sempre que suspeitemos de risco de vida e agimos em conformidade, (a desenvolver no SBV na próxima edição deste boletim)

• **Exame Secundário:** Após certificarmo-nos de que a vítima não corre risco imediato de vida devemos efectuar então o exame secundário, que consiste em avaliar outros sinais e sintomas, não avaliados no exame primário, mas igualmente importantes para determinar o estado da vítima e o agravamento do seu estado de saúde.

Define-se por **sinal** tudo que podemos observar ou quantificar. Entre estes, dividimo-los em **Sinais Vitais** os que mostram se as funções vitais estão preservadas, sendo o **pulso** e a **respiração** os mais importantes, pois, informam-nos se a vítima respira (função ventilatória) e se a vítima mantém a função cardio-circulatória, pois, sem estas, é impossível preservar a vida. A **temperatura**, a **tensão arterial** e a manifestação de **dor**, são também importantes na avaliação das funções vitais. Outros sinais: a observação da **face**, o espelho da vida. Quem já não disse: "que cara..., estás bem? dormiste mal…", coloração da **pele**, visualizar uma **hemorragia**, **fractura exposta**, o tamanho dos **olhos** e sua reactividade, etc.

Os **sintomas** são todos aqueles que a vitima refere, sem podermos observar e/ou quantificar, por exemplo: dor de cabeça, falta de ar, não me estou a sentir bem, etc.

Como dá para perceber, o socorrismo é muito vasto e, como tal, vamos tentar dividir os temas ou assuntos de forma simples e acessível. Na próxima edição deste boletim, falaremos do SBV como base essencial do primeiro socorro. Não esqueça o lema desta crónica: **"pequenos gestos podem salvar vidas"**, que pretende deixar alguns conselhos que deverá ter em consideração perante uma situação de socorro:

- Actuar rapidamente, com calma e eficácia;
- Verificar sempre as condições de segurança antes de agir;
- Fazer a contagem das vítimas, pensar na possibilidade da existência de vítimas ocultas;
- Num cenário de multi-vítimas, aquele que grita mais, pode não ser prioritário no socorro; ter atenção às vítimas inconscientes, porque estas não pedem ajuda;
- Efectuar no local uma avaliação inicial das vítimas, procurando definir prioridades (triagem);
- A prestação de socorro só deve terminar após chegada dos organismos competentes. Mesmo assim, deve estar sempre disponível para colaborar.

SAJ SS Amadeu Silva
Enfermeiro do RC 6

REBOQUE DE VIATURAS DE RODAS

Pretende-se com o presente artigo, uma abordagem sucinta às operações de reboque de viaturas de rodas, de extrema importância tanto em exercícios como em campanha, entendendo-se o Reboque como o método mais rápido e eficaz de recuperação de viaturas blindadas, e culminá-lo com os procedimentos de reboque da PANDUR II, 8X8, conforme o Manual Técnico, TM10.

1. MÉTODOS DE RECUPERAÇÃO

a. Guindagem
Conjunto de operações executadas utilizando os guinchos de viaturas especiais de reboque ou de viaturas de transportes gerais.

b. Reboque
Conjunto de operações executadas utilizando a capacidade de viaturas semelhantes ou especiais, como os Pronto-Socorros, sendo este o método mais rápido de recuperação.

c. Elevação
Conjunto de operações executadas utilizando viaturas especiais que permitem elevar a viatura a recuperar

d. Expedientes
Métodos utilizados quando não aplicáveis os métodos anteriormente descritos.

2. TIPOS DE RESISTÊNCIA A VENCER

Entende-se por resistência, por qualquer força opositora que tende a dificultar ou mesmo impedir o movimento. As resistências que causam maior preocupação nas situações de reboque são as criadas por viaturas inoperacionais devido às condições do terreno. São dois os tipos de resistência a vencer no reboque:

a. Resistência de Rampa
Resistência a vencer quando a viatura a rebocar se encontra num declive, causada pelo seu peso afectado pela força da gravidade

b. Resistência de Atolamento
Resistência criada pelo contacto da lama com os vários componentes da viatura a rebocar.

3. ESTIMATIVA DA RESISTÊNCIA A VENCER

As operações de reboque de viaturas devem ser realizadas o mais rapidamente possível, mas, sempre depois de garantidas as necessárias condições de segurança. Na maioria dos casos, uma estimativa rápida é suficiente para avaliação da situação e da resistência oferecida.

a. Resistência de Rampa
A resistência máxima que pode ser encontrada numa rampa, mesmo quando vertical, é igual ao peso da viatura a rebocar, tomando-se este valor como estimativa a considerar, por excesso.

b. Resistência de Atolamento
A resistência é estimada em proporção do nível do atolamento. Consideram- se três níveis:

(1) Até às Rodas
A resistência a considerar deve ser igual ao peso da viatura.

(2) Até ao Guarda-Lamas (Acima do Topo das Rodas)
A resistência deve ser estimada pelo dobro do seu peso.

(3) Até à Torre (Auto-Metralhadoras) ou até à Parte Superior da Cabine (Restantes Viaturas)
A resistência deve ser estimada pelo triplo do seu peso. No caso duma viatura de carga, o peso desta deve ser adicionado ao peso da viatura a multiplicar por um, dois ou três, conforme os casos.

4. FACTORES REDUTORES DA RESISTÊNCIA A VENCER

As viaturas de rodas a rebocar devem, caso as condições o permitam, sê-lo no sentido oposto ao seu curso ou deslocamento, conseguindo-se deste modo reduzir a resistência em cerca de 10%. Por outro lado, caso as rodas da viatura a rebocar se movimentem, este facto permitirá uma redução suplementar, variável conforme as situações.

5. FONTES DE ENERGIA

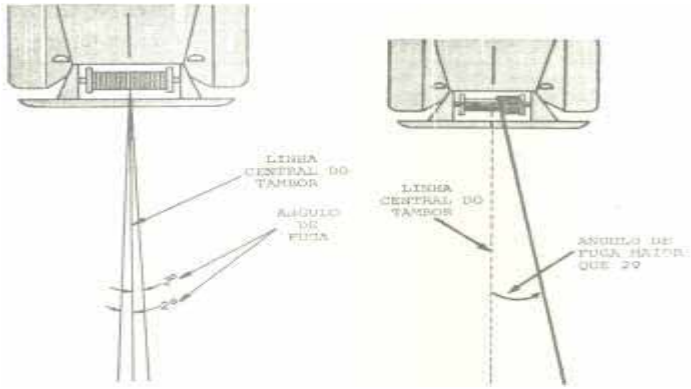
a. Viaturas Semelhantes
A fonte de energia para reboque, mais rapidamente disponível nos baixos escalões, até Pelotão, é o esforço de reboque que pode ser exercido por viaturas semelhantes. Uma viatura média pode exercer uma força igual ao seu peso, em marcha atrás, num terreno nivelado, seco e duro. A marcha atrás proporciona, normalmente, maior redução da caixa de velocidades e permite ao condutor maior visibilidade e acompanhamento do reboque.

b. Guinchos
Quando as condições existentes não permitem a utilização de viaturas semelhantes, utilizam-se guinchos. Uma situação típica acontece quando o terreno não permite a aproximação de viaturas até à distância necessária ao reboque.

Aspectos importantes a ter em conta:

(1) Um guincho exerce a capacidade máxima de reboque com o tambor sem enrolamento de cabos. À medida que o cabo vai sendo enrolado, o diâmetro do tambor aumenta com a sobreposição de cabo, e a capacidade de tracção do guincho diminui. Para grandes cargas é aconselhável desenrolar todo o cabo. Por outro lado, a sua utilização total permite, dada a sua elasticidade, evitar que o cabo se parta, no momento de tensão máxima.

(2) O reboque com guincho deve ser efectuado de tal modo que a linha imaginária traçada ao longo do cabo se prolongue pelo eixo central da viatura com guincho. A qualquer deflexão dá-se o nome de ângulo de fuga. Se o seu ângulo for superior a 2%, o cabo desviar-se-á para um dos lados do tambor, existindo o risco de este se danificar, para além da diminuição da capacidade de reboque.



TIPO DE GUINCHO	CAMADA DE CABO	CABO NO TAMBOR (m)	CAPACIDADE (Kg)
4.350 Kg	1	0 - 11,8	4.530
	2	12,1 - 25,8	3.828
	3	26 - 41,8	3.325
	4	42,1 - 60,3	2.926
	5	60,6 - 80,6	2.618
9.060 Kg	1	0 - 12,4	9.060
	2	12,7 - 27,5	7.655
	3	27,8 - 44,8	6.568
	4	45,1 - 64,5	5.798
	5	64,8 - 86,9	5.164
20.385 Kg	1	0 - 12,7	20.385
	2	13 - 28,1	17.275
	3	28,4 - 46,3	14.722
	4	46,6 - 66,6	12.910
	5	66,9 - 89,6	11.460
	6	89,9 - 115,1	10.328
27.180 Kg	1	0 - 16,6	27.180
	2	16,9 - 38,7	23.556
a)	3	39 - 63	20.838
	4	63,3 - 90,8	18.120
40.770 Kg	1	0 - 12,7	40.770
	2	13 - 27,5	34.428
a)	3	27,8 - 45,1	29.445
	4	45,4 - 65,1	25.821

a) baixa velocidade

6. REBOQUE COM VIATURAS SEMELHANTES

a. Deve ser utilizada uma corrente de reboque entre as duas, ligada aos respectivos olhais de reboque. Se necessário, deverá ser aumentada a distância de trabalho entre as duas viaturas para que a rebocada tenha melhor tracção. O esforço deverá ser exercido suavemente de modo a evitarem-se esticões e eventuais danos quer nas correntes quer nos olhais. Uma corrente, ao contrário de um cabo, não estica e pode facilmente partir com um esticão. Se uma viatura não for suficiente para vencer a resistência, pode utilizar-se outra em "tandem" com a primeira.

b. Na recuperação de viaturas Auto de Transportes Gerais (TG) devem utilizar-se viaturas do mesmo tipo, de igual ou superior capacidade para operações com guinchos. Por exemplo, uma viatura Auto TG de 2,5 Ton deverá ser rebocada por uma viatura de igual ou superior capacidade de carga.

7. PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

a. Quando se trate de viaturas blindadas, os condutores das viaturas intervenientes, recuperadora e recuperada, devem conservar as escotilhas fechadas e utilizar os periscópios.

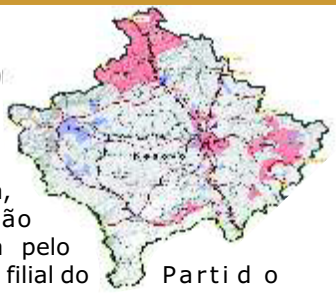
b. Antes de ter início o reboque com guincho, todo o pessoal em terra deve ser desviado para local afastado e seguro. Um cabo esticado, quando parte, provoca uma chicotada de retorno com uma força elevadíssima, que pode cortar um homem ao meio. A aparelhagem de um guincho, disposta em ângulo, é semelhante a uma funda. Se for montada uma roldana no vértice e se a ligação se partir, ela será lançada dentro do espaço limitado pelo ângulo com uma velocidade espantosa, e caso se solte, será projectada a grande distância.

c. Para controlo da operação deverá existir apenas um responsável, o " sinaleiro", que através de sinais vai orientando as operações. Os condutores e operadores devem conhecer os sinais.

d. A força deve ser aplicada suavemente de modo a evitarem-se os esticões. A força repentina do peso vezes a velocidade, semelhante a uma martelada, provoca um esforço demasiado na aparelhagem, sendo normal esta partir-se.

TCOR Cav Joaquim Conceição
Chefe da Secção de Logística

KOSOVO: PASSADO, PRESENTE E... QUE FUTURO?



O Kosovo, situado no interior, quase no coração da península balcânica, tem uma superfície de 11.000 quilómetros quadrados e faz fronteira com a Sérvia a Norte e a Leste, com a Macedónia a Sul, com a Albânia a Sudoeste e com o Montenegro a Oeste. É uma região bastante acidentada e elevada (com altitude média de 800 metros nas suas áreas planas), cercada por uma cadeia montanhosa, que nesta região tem elevações que ultrapassam, frequentemente, os 2000 metros.
A região do Kosovo tem uma excelente rede hidrográfica e numerosos lagos naturais originados por rios ou glaciares, bem como barragens artificiais.
A vegetação é pouco densa, sendo da ordem dos 15% o solo ocupado por pastos e cerca de 40% por bosques, florestas e plantações com incidência em vinhedos, citrinos e algumas oliveiras.

Kosovo tem um território equivalente em Portugal a Trás-os-Montes e Alto Douro. Portugal é cerca de 9 vezes maior (92.152Km^2)

Pode dizer-se que este território, o Kosovo, foi o centro do reino Sérvio da Idade Média, quando, durante mais de 100 anos, a Sérvia dominou os Balcãs. É aqui que se encontra a maioria do património histórico da Nação Sérvia, expresso por exemplo em mais de 1300 mosteiros e igrejas ortodoxas, construídas, a maioria, durante esse período.
A história do conflito no Kosovo remonta a 1389, quando na região de Kosovo-Polje o exército Sérvio foi derrotado pelos Turcos e no qual o monarca Sérvio, Príncipe Lazar, morreu, tendo por consequência desaparecido o reino independente Sérvio e dando-se início a 500 anos de domínio Turco.
As hostilidades entre as duas comunidades adviriam com a ocupação Turca e com a conversão dos Albaneses ao Islamismo, o que aconteceu sobretudo durante o século XVIII.
Com o desenvolvimento da sua ideologia nacional, expressa nos objectivos da Liga de Prizren formada em 1878 e com a queda do Império Otomano, os Albaneses passaram a reivindicar o seu próprio estado, o qual deveria incluir todos os territórios habitados por Albaneses. O seu primeiro estado apareceu em 1912. Os Sérvios por seu lado tiveram o seu estado nesta região, do século XII ao século XV. Contudo, a sua consciência nacional apenas se estruturaria durante o século XIX, tendo construído a sua identidade com base na rica tradição da experiência sérvia medieval, que identificava o Kosovo como berço da sua nacionalidade.
Era inconcebível para os Sérvios que a sua terra sagrada ficasse de fora do seu estado. Quando os Sérvios libertaram o KOSOVO e METOHIJA durante as guerras balcânicas de 1912-1913, ambos os povos defrontaram uma realidade desfavorável: os Sérvios tinham deixado de ser a maioria no KOSOVO, enquanto que os Albaneses ficaram divididos em dois estados.
Em Setembro de 1913 e em 1918, ainda no rescaldo da IGM, os Albaneses do Kosovo rebelaram-se contra os Sérvios, através do recurso às armas.
Em 1939, a Albânia é tomada por Mussolini e em 1941 a Jugoslávia é derrotada por Hitler. Nessa altura, a Itália autoriza os Albaneses a criar uma grande Albânia, mas sob a sua supervisão. A seguir à derrota da Itália em 1943, os Albaneses do Kosovo contribuem com tropas para lutar ao lado dos alemães. Durante este período, a população Sérvia é sujeita a grandes privações e sacrifícios.
Em 1946 o Kosovo-Metohija, com a instauração do regime comunista, viria a tornar-se uma região autónoma da Sérvia, governada pelo Partido Comunista do Kosovo, uma filial do Partido Comunista Jugoslavo.
Na sequência da Resolução N.º 343, de 5 de Março de 1945 do governo central, os comunistas proibiam o regresso dos Sérvios expulsos do Kosovo durante a guerra. Por outro lado, vários milhares de Albaneses foram convidados a instalarem-se no Kosovo. As autoridades de Belgrado conscientemente ou não, fecharam os olhos à emigração em larga escala proveniente da Albânia, durante mais de três décadas, contribuindo assim para a alteração do equilíbrio étnico da região.
O estatuto autonómico da província viria a ser consideravelmente alargado em 1963, 1969 e especialmente em 1974, tornando-se de facto nesta data, um estado dentro de outro estado.
As autoridades do Kosovo comportavam-se como se de um estado independente se tratasse. O governo local tinha autoridade para vetar qualquer decisão do governo federal que lhes dissesse respeito.
Apesar desta autonomia, os Albaneses persistiram sempre na questão da independência e em se juntarem à Albânia.
Um ano após a morte de Tito em 1981, os Albaneses começaram uma campanha de protestos em larga escala, reclamando o estatuto de república e o direito de serem anexados à Albânia.
Após a eleição de Milosevic assiste-se a uma nova fase do processo. Depois de uma visita ao Kosovo, em Abril de 1987, em que ouviu durante 13 horas as queixas dos Sérvios, este promete que não permitirá que alguém volte a abusar dos Sérvios. De modo a proteger os interesses da minoria Sérvia, Milosevic decidiu em 1989, alterar a Constituição Sérvia, limitando a autonomia do Kosovo concedida por Tito em 1974, passando o controle das tarefas vitais ser efectuado pela Sérvia.
Em 1990 os deputados do parlamento da província declararam o Kosovo, uma república independente da Sérvia e estabeleceram uma sociedade paralela. Belgrado dissolveu o parlamento e o governo da província.
Em 1992, Ibrahim Rugova foi eleito presidente da auto-proclamada república do Kosovo, após eleições realizadas à margem das autoridades de Belgrado.
A contestação a Belgrado viria a sofrer alterações significativas nos primeiros meses de 1998, com a entrada na cena política de um novo actor, o Exército de Libertação do KOSOVO (Ushtria Clivoimtare Kosoves - UÇK em albanês ou Oslobodilacka Vojska Kosova - OVK em Sérvio), que partilha com Rugova o mesmo objectivo estratégico: a independência e a associação à Albânia, diferindo na táctica, optando pela insurreição armada.
Em Abril deste mesmo ano, o UÇK reclamava a libertação de cerca de 40% do território albanês, o qual se encontrava efectivamente sob o seu controlo.
Perante tal situação, Belgrado interveio militarmente para submeter ao controlo do estado as zonas libertadas pelo UÇK, dando início de facto, a violentos combates e, consequentemente, ao desastre humanitário instalado no Kosovo.
Em escassas semanas, a ofensiva Sérvia desalojou o Exército de Libertação do Kosovo dos seus principais bastiões. A recuperação de Malisevo, onde o UÇK tinha instalado o seu quartel-general, veio coroar a contra-ofensiva Sérvia, no final do mês de Julho. Refugiados nas montanhas ou nas florestas, ou regressados aos seus santuários, entretanto abandonados pela polícia sérvia, os

homens do UÇK continuavam a atacar as forças sérvias e a manter a insegurança nas aldeias sérvias e nas principais estradas do Kosovo. Uma espécie de guerrilha, que serve de argumento aos Sérvios para prosseguirem as operações de limpeza nas zonas mais isoladas do interior do Kosovo.

No cumprimento da Resolução N.º 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Kosovo passa a ser um território da Jugoslávia sob administração das Nações Unidas e as únicas autoridades legalmente reconhecidas são a KFOR e a UNMIK.

Ao abrigo desta resolução, em 12 de Junho de 1999, as forças da KFOR entram no Kosovo, executando a "Operação JOINT GUARDIAN".

Aquando da entrada das Forças Internacionais no Kosovo, em Agosto de 1999, a população nesta região era cerca de 1.500.000 habitantes, dos quais 98.000 eram de origem Sérvia (51% do estimado em 1998), 1.350.000 albaneses (76% do estimado em 1998) e 73.000 croatas, ciganos e outras minorias (43% do estimado em 1998).

Após 1999, a população tem vindo a aumentar devido ao regresso de muitos albaneses deslocados devido ao conflito. Por outro lado a diáspora albanesa, maioritariamente emigrada na Alemanha, Suiça e Itália, viu na nova situação uma boa oportunidade para o negócio e muitos têm regressado para se estabelecerem localmente, especialmente ligados ao pequeno comércio.

A população sérvia teve uma diminuição brusca após a entrada das forças da NATO em 1999, estabilizando em seguida. Após a implementação de uma política de apoio ao regresso de deslocados, alguns acabaram por regressar ao Kosovo, concentrando-se nas áreas onde a sua etnia detinha a maioria.

Durante este período, a população deslocou-se dos centros rurais e concentrou-se, maioritariamente, nos centros urbanos. A população da capital – Pristina e seus arredores - é, neste momento, estimada em cerca de 565.000 habitantes.

A idade média da população ronda os 22 anos, o que reforça a ideia de uma população em claro ciclo de crescimento.

O desemprego atinge valores bastante elevados.Assim, de acordo com dados recentes, dos 549.000 kosovares em idade activa, cerca de 273.000 estão desempregados, o que representa 49,7% da população activa. Face à larga faixa de população jovem acentuam-se estes efeitos, prevendo-se que seja necessário criar 30.000 novos empregos por ano nos próximos 5 anos para atenuar esta situação. Neste momento, cerca de 47% da população vive abaixo do limiar da pobreza e 17% vive numa situação considerada de extrema pobreza. Refere-se, ainda, que um grande número dos empregos actualmente existentes, são de curta ou média duração, tais como os que foram criados pela KFOR ou pelas agências da Comunidade Internacional.

O Produto Interno Bruto (PIB) tem crescido muito lentamente e encontra-se neste momento nos 1017 USD per capita, ainda abaixo dos níveis de 1985 (1125 USD).

A idade média da população ronda os 22 anos, o que reforça a ideia de uma população em claro ciclo de crescimento.

O Kosovo possui um subsolo muito rico em minerais. Esta é das regiões mais ricas da Europa em chumbo e zinco. Estes minerais estavam estimados em mais de 50 milhões de toneladas e contêm também uma pequena percentagem de ouro, prata e cádmio. Produzia, antes do recente conflito, 75% dos concentrados de chumbo e zinco, 60% de prata, 20% de ouro e 50% de níquel da República Federal da Jugoslávia. Possuía ainda 80% das reservas de carvão, 100% das reservas de bismuto e 60% das reservas de magnésio.

A composição do solo permite um bom desenvolvimento agrícola. Produziam-se antes do conflito, mais de 100.000 ha de trigo, 95.000 ha de milho, 20.000 ha de cevada e 8.000 ha de aveia. Existiam ainda boas condições para o desenvolvimento de plantas "industriais", como é o caso de girassol e beterraba; de plantas para forragens (trevo e ervilha); de árvores de fruto, de legumes e vinhedos. A agricultura Kosovar, à altura, carecia de um elevado grau de mecanização.

A exploração do subsolo e a produção agrícola são as grandes áreas de desenvolvimento e onde se pensa que a região do Kosovo possa ser competitiva. No entanto, a exploração do subsolo está em subaproveitamento e a agricultura está num estado de quase subsistência, com baixo nível de mecanização.

O sector industrial está subdesenvolvido e o abastecimento da energia eléctrica é feito com grandes deficiências. A privatização de algumas empresas está num processo de desenvolvimento.

A instabilidade da situação e a não definição do estatuto da região condicionam o investimento, especialmente o estrangeiro.

A corrupção e o crime organizado, tendo como referencial a organização em clãs, são assumidos como fazendo parte do quotidiano da sociedade kosovar. Estas actividades são consideradas um entrave ao desenvolvimento económico e social, pois permitem a criação de uma economia paralela.

Desde 1999 que Portugal tem Forças Nacionais Destacadas no Kosovo, conforme se refere no quadro seguinte:

FND	UNIDADE MOBILIZADORA	PERIODO
Agr BRAVO	BAI	AGO99/FEV00
Agr CHARLIE	BLI	FEV00/AGO00
Agr DELTA	BMI	AGO00/ABR01
2º BI/BLI	BLI	FEV05/SET05
BIPara/Brig RR	BrigRR	SET05/MAR06
BI Mec/BrigMec	BrigMec	MAR06/SET06
1BIPara/BrigRR	BrigRR	SET06/MAR07
2BIMec/BrigMec	BrigMec	MAR07/SET07
2BI/BrigInt	BrigInt	28SET07/...

A FND actualmente no Kosovo tem a missão de reserva táctica do comando da KFOR com a função de força de intervenção, pronta a actuar em qualquer ponto crítico deste território.
Com a aproximação da data de 10 de Dezembro, em que estará em causa uma hipotética declaração unilateral de independência do território, que pode fazer aumentar o nível de tensão interna, a força militar que Portugal mantém no Kosovo poderá vir a ser reforçada, sobretudo no caso de se verificar um agravamento da situação, com os conflitos entre albaneses e sérvios.
A KFOR estará preparada para um reforço do dispositivo e das acções de prevenção para esse período, e para reagir, por antecipação, a qualquer ameaça de perigo. É uma acção em que o contingente português, na condição de "reserva táctica" do comando da KFOR, será chamado a uma actuação de primeira linha.
Ao aproximarem-se as eleições legislativas e municipais fixadas pela UNMIK (a administração das Nações Unidas), verifica-se um crescendo na agitação política no Kosovo e na multiplicação de manifestações em Pristina. O período de duas semanas de campanha para as eleições legislativas e municipais, de 17 de Novembro, anuncia-se particularmente crítico, já que levará inevitavelmente a uma acentuada radicalização do discurso político das lideranças albanesas. O período eleitoral acontecerá no mesmo momento da tentativa de um acordo amigável, perto de 28 de Novembro, Dia Nacional da Albânia e data anunciada pela liderança albanesa de Kosovo para a proclamação unilateral da independência do território.
A KFOR deparar-se-á neste período crítico, com quatro possíveis cenários, que vão desde um improvável acordo coroado por uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, à proclamação da independência sob o controlo reconhecido por uma parte substancial da comunidade internacional, passando pela proclamação unilateral fora de qualquer controlo internacional, até, enfim, a um eventual arrastar das negociações - quadro este que a liderança albanesa rejeita categoricamente.
Considerando a situação do Kosovo e os reflexos que as decisões políticas poderão ter na missão das Forças Militares, o Ministro da Defesa Nacional, Severiano Teixeira afirmou que "não se pode ainda antecipar um desfecho que se desconhece".
O actual processo negocial, sob a égide da "troika" (Estados Unidos, Rússia e União Europeia) deverá concluir-se até 10 de Dezembro, data em que a UE deverá apresentar um relatório às Nações Unidas sobre a situação no território.
Neste contexto, consideram-se oportunas as declarações de Luan Qorraj, jornalista, um dos poucos kosovares de origem mista. A mãe, jornalista, é sérvia. O pai, actor e realizador, um dos mais conhecidos em toda a antiga Jugoslávia, é albanês.
E Luan, aos 30 anos, acabou por seguir as pisadas de ambos e tornou-se jornalista de televisão. Foi a guerra que o fez albanês, diz ele. "Até lá, era qualquer coisa entre sérvio e albanês", acrescenta. "Quando se vêem aldeias queimadas sem razão nenhuma, tudo destruído, tem que se tomar partido". De resto, em Pristina, onde vive e onde nasceu, não é discriminado: "Serei sempre albanês. Os albaneses vêem-me como tal e, no outro tempo, os sérvios também".
O seu nome não dá margem para dúvidas étnicas. Luan cobriu as "três guerras do Kosovo", como vai dizendo: a primeira, "que começou em 1998 e acabou com os bombardeamentos da NATO", fê-la como tradutor e intérprete da ONU. A segunda - a da insurreição albanesa do vale de Presevo (região do sul da Sérvia contígua ao Kosovo) - como jornalista: "não foi uma guerra real, foram escaramuças e, hoje, os que antes andavam aos tiros fazem agora negócios e patrulhas conjuntas". A terceira, a da Macedónia, também a cobriu como repórter: "aquilo foi um jogo pelo poder, os albaneses queriam a sua partilha e um certo número de direitos, que os macedónios não queriam conceder. Deslocaram as armas do Kosovo para lá e, pouco depois, tinham o que queriam".
Agora, não teme mais nenhuma guerra. "Mas falta-nos ainda a etapa final" - adverte - "a dos tumultos sociais". Para Luan, a pobreza e as altas taxas de desemprego são um "cocktail" explosivo para o Kosovo. "Estamos a cumprir um guião, tal como os restantes países do Leste, mas tudo vai acabar em bem. E dentro de cinco anos todos os Balcãs estarão na União Europeia".
Os passos já estão a ser dados. As eleições legislativas e municipais que se realizam dentro de dois meses são, no seu entender, "eleições impostas": "A UE precisa delas agora para ter tudo no lugar, antes de resolver o problema do estatuto".
Porque quanto ao que elas poderão resolver, não acredita em nada. Como a maioria dos kosovares, despreza a classe política. Metade merecia estar na cadeia, diz, por ligações ao crime, às mafias e a todo o tipo de negócios sujos.
O seu palpite é que não irá haver compromisso nas negociações entre Belgrado e Pristina e que o Kosovo irá declarar a independência com o apoio da comunidade internacional. "Teremos três anos de independência supervisionada, depois um referendo e, está feito".

Militares do RC 6 no Kosovo

TCOR Cav Manuel Pereira da Lapa
Chefe da Secção de Operações, Informações e Segurança

JANEIRO-FEVEREIRO-MARÇO-ABRIL-MAIO-JUNHO

Acontecimentos do Semestre

Visitas de Escolas ao Regimento 30ABR07

Reunião do Conselho da Arma da Cavalaria 15 e 16JAN07

Prova de Orientação em Leiria 14MAR07

18MAR07 Peregrinação dos Veteranos de Guerra ao Sameiro

10JUN07 Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas

Exercício TEAM SPIRIT 07MAR07

Dia da Árvore 21MAR07

11ABR07 Cerimónia de La Lys em Vila Verde

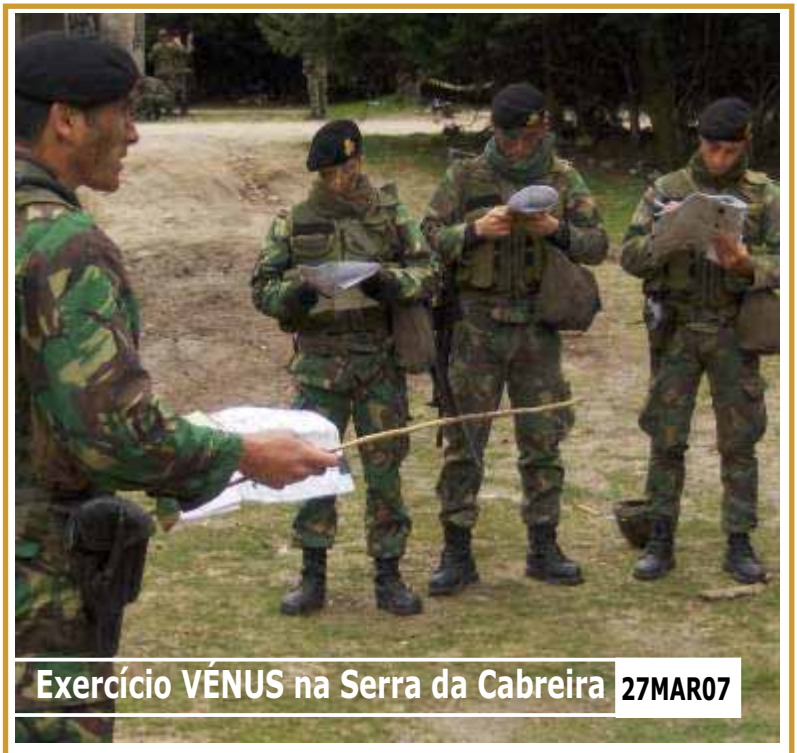
26MAR07 Formação de Sapadores Florestais

20JUN07 Comemoração dos Santos Populares

24JUN07 Procissão de S. João em Braga

06JUN07 Comemoração do Dia da BrigInt

Exercício VULCANO 071 em Santa Margarida 23ABR07



Exercício VÉNUS na Serra da Cabreira 27MAR07

03MAI07 Procissão das Cruzes em Barcelos

18MAR07 Procissão do Senhor dos Passos em Real

XXIV CNC

O Regimento de Cavalaria N.º 6 organizou nos dias 02 e 03 de Junho de 2007, o XXIV Concurso Nacional Combinado.

Esta prova, envolveu a participação de 42 cavaleiros, dos quais 04 civis.

O evento contou com uma elevada presença de visitantes nos dois dias da sua realização. Estiveram também presentes diversas entidades militares e civis, nomeadamente o Comandante da Brigada de Intervenção, MGEN Martins Ferreira, o Comandante da Brigada Territorial N.º 4 da GNR e Presidente do Conselho da Arma de Cavalaria, MGEN Morais de Medeiros, os Majores-Generais Pereira Coutinho, Mansilha de Assunção e Soares da Motta, o Presidente da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, Eng.º Almeida Barreto, o Presidente da Associação Industrial do Minho, Dr. António Marques, entre outros.

O XXIV CNC foi constituído por três provas distintas, durante as quais o concorrente montou sempre o mesmo cavalo:

Prova de Ensino - Realizada num rectângulo de 20x60m, onde o conjunto, cavalo e cavaleiro, realizam uma série de figuras conforme a reprise que for determinada pela organização.

Prova de Fundo - Realizada num percurso de campo com obstáculos fixos, perfeitamente integrados na natureza, onde se avalia a velocidade, resistência e aptidão para o salto do cavalo.

Prova de Obstáculos - Realizada num campo de obstáculos, onde se pretende demonstrar a aptidão do cavalo para o salto de obstáculos sobre um percurso de pequena ou média dificuldade.

O Concurso teve início no dia 02, pelas 08H30, com a realização da Prova de Ensino do CNC Preliminar e do CNC *.

Pelas 15H30, no Picadeiro do Regimento, teve lugar a Apresentação de Cumprimentos e o descerramento da placa alusiva ao XXIII CNC.

Pelas 16H00, nos terrenos anexos do Regimento, teve início a Prova de Fundo do CNC Preliminar, à qual se seguiu a Prova de Fundo do CNC*.

Na manhã de 03 de Junho, realizaram-se as Provas de Obstáculos.

No final das provas teve lugar um almoço convívio, no polivalente do Regimento, junto à Casa de Oficiais, onde se procedeu à entrega dos prémios aos vencedores das respectivas provas.

Sábado, 02 de Junho

08H30 – Prova de Ensino
CNC Preliminar: Reprise de Ensino n.º 4 / 2006
CNC*: Reprise de Ensino CIC-CCI 1 Estrela 2005 - Prova A
15H30 – Apresentação de cumprimentos
16H00 – Prova de Fundo – CNC Preliminar e CNC*
20H00 – Jantar convívio

Domingo, 03 de Junho

10H30 – Prova de Obstáculos – CNC Preliminar e CNC*
13H00 – Almoço convívio e entrega de Prémios

CNC Preliminar

1.º Classificado:
Cadete-Aluno da AM Barreiros, montando Janota

2.º Classificado:
Sr. Frederico Serra, montando Quarteiro

3.º Classificado:
Tenente de Cavalaria Cordeiro, montando Unidade de Mafra

CNC *

1.º Classificado:
Tenente da GNR Caeiro, montando Singular de Fôja

2.º Classificado:
Capitão da GNR Gomes, montando Professor

3.º Classificado:
Tenente de Cavalaria Cunha, montando Opressor de Fôja

VISITA PASTORAL DO EXCELENTÍSSIMO REVERENDÍSSIMO D. JANUÁRIO FERREIRA

No dia 26 de Março de 2007 o Regimento de Cavalaria N.º 6, recebeu a visita do Ex.mo e Reverendíssimo D. Januário Torgal Mendes Ferreira, Bispo das Forças Armadas e de Segurança.

A visita iniciou-se com a apresentação de cumprimentos por uma delegação de militares e funcionários civis que prestam serviço no Regimento.

O ponto alto da visita foi a celebração da Eucaristia Pascal, concelebrada pelo Capelão da Unidade, pelo Capelão Benjamim e pelo Monsenhor Melo, na qual participaram elementos da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana, antigos Comandantes e outros Militares que serviram no Regimento.

Em seguida, foi servido o almoço no Refeitório Geral da Unidade, em ambiente informal, que proporcionou uma oportunidade de saudável convívio entre todos os militares, funcionários civis e convidados.

Na sequência, procedeu-se a assinatura do Livro de Honra do RC 6, no qual o reverendíssimo D. Januário firmou votos para que "Os grandes ideais do Exército Português, e da sua Arma de Cavalaria, persistam luminosos e convincentes..."

No final, o Reverendíssimo D. Januário foi presenteado com uma lembrança evocativa da sua muito apreciada presença na Celebração Pascal 2007, na Casa dos Dragões de Entre-Douro-e--Minho.

1.ª PARTE

ORIENTAÇÃO

"A Orientação é o desporto da floresta, da família, do futuro, um desafio recreativo caracterizado pelo prazer permanente da descoberta, um desporto para toda a vida no qual o praticante corre a pensar e pensa a correr."

Cada desporto tem o seu carácter próprio. O carácter único da Orientação consiste em encontrar e seguir o melhor itinerário, através de terreno desconhecido, numa luta constante contra o tempo. Isto exige capacidade de Orientação: boa leitura do mapa, avaliação de opções de itinerário, utilização da bússola, concentração sob *stress*, rapidez na tomada de decisão, corrida em terreno acidentado, etc.

A Orientação é uma modalidade, inserida no contexto dos novos desportos de natureza, que mais tem crescido nos últimos anos em Portugal! A competição concilia-se com o lazer, num espaço que proporciona um permanente contacto com a Natureza. Cada pessoa escolhe o seu ritmo em função dos desafios que determinou, encontrando-se consigo mesma e, simultaneamente, permitindo conhecer novas pessoas, fazer novos amigos.

A Orientação é o desporto da floresta, da família, do futuro, um desafio recreativo caracterizado pelo prazer permanente da descoberta, um desporto para toda a vida, no qual o praticante corre a pensar e pensa a correr.

Na partida, cada praticante recebe um mapa onde está impresso um percurso, constituído por uma partida, uma sequência de Pontos de Controlo e uma chegada. Os pontos de controlo, são materializados no terreno pelas "balizas" (prismas de cores laranja e branca), a que estão associados uns pequenos picotadores. Picotando o seu cartão de controlo, o praticante comprova a passagem por cada ponto. Recentemente, introduziu-se um novo sistema de controlo através de um "chip" electrónico.

A escolha do itinerário entre os pontos de controlo é uma opção do praticante! Cada ponto é uma meta e, simultaneamente, a partida para um novo desafio. Cruzando prados, ribeiros e florestas, o praticante sente-se parte integrante do espaço que percorre... A velocidade de movimento tem que ser acompanhada pela velocidade de raciocínio para ler o mapa e interpretar a relação mapa/terreno, ponderar sobre as várias opções de itinerário, decidir!

A bússola é o único instrumento de Orientação autorizado para uso pelos praticantes em competição.

Com o mapa vem agregado um cartão de sinalética para precisar a localização dos postos de controlo.

Os mapas de Orientação são elaborados de acordo com as normas internacionais da modalidade. Para a competição, os mapas usados são normalmente nas escalas de 1/10.000 ou 1/15.000, usando-se, contudo, escalas maiores, entre 1/2.000 e 1/5.000, para actividades de iniciação e/ou promoção da modalidade.

O terreno "tradicional" para a prática da modalidade deverá ter muitos pormenores do relevo, ter floresta limpa e pouca vegetação rasteira. No entanto, a Orientação pode ser praticada em qualquer lugar, desde que exista um mapa dessa área. As provas em parques/jardins e mesmo em áreas urbanas das cidades são cada vez em maior número e têm tido elevada adesão.

A Orientação é praticada em quatro disciplinas diferentes: Orientação Pedestre, Orientação em BTT, Orientação em Ski e Trail Orienteering (prioritariamente destinada a deficientes motores).

Em Portugal, existem quadros competitivos de Ori-Pedestre, de Ori-BTT e ainda de uma nova disciplina - as Corridas de Aventura. As provas do calendário da Federação Portuguesa de Orientação são abertas a todas as pessoas de qualquer idade, havendo sempre percursos para principiantes e com acompanhamento técnico. A distância dos percursos de orientação varia em função da idade e do nível técnico dos praticantes, possibilitando a participação dos sete aos noventa e sete anos.
Os Quadros Competitivos Nacionais estão organizados como se indica:
- **Taça de Portugal**, conjunto de provas de 1.ª categoria que se realizam ao longo da época desportiva, apurando os vencedores por escalões etários.
- **Campeonatos Nacionais de Distância Longa, de Distância Média** e **de *Sprint***, que apura os campeões nacionais por categorias.
- **Campeonato Nacional de Estafetas**, que apura os clubes campeões nacionais por categorias.
- **Campeonato Nacional Absoluto**, para apurar os campeões nacionais absolutos de cada classe (género).
- **Taças FPO**, resultando da participação nas provas de 2.ª categoria, correspondem a três *rankings* regionais, Norte/Centro, Sul/Vale do Tejo e Madeira, determinando os vencedores em cada região.

A nível internacional, o quadro competitivo é o seguinte:
- **Campeonato do Mundo de Orientação (WOC)**, realiza-se todos os anos, a partir de 2003. Cada país pode participar com uma equipa constituída por 7 elementos masculinos e 7 femininos. A participação das selecções distribui-se pelos seguintes formatos: *sprint*, média, longa e estafetas.
- **Taça do Mundo (WC)**, conjunto de eventos para apurar o melhor atleta da época.
- **Campeonato do Mundo de Juniores (JWOC)**.
- **Campeonato do Mundo de Veteranos (WMOC)**.
- **Campeonatos da Europa de Jovens, Juniores e Seniores**, nas disciplinas de **Ori-Pedestre** e de **Ori-BTT**.
- **Ranking Internacional da IOF (WRE)**.
- **Taça dos Países Latinos (TPL)**, competição anual, realizada entre as selecções da Bélgica, Espanha, França, Itália, Portugal e Roménia, havendo ainda a participação pontual de outros países, como o Brasil, Colômbia e Moçambique.
- **Campeonato Ibérico**, competição anual, entre as selecções de Portugal e Espanha.

Todavia, para além destas disciplinas com quadros competitivos nacionais e internacionais, são também organizadas provas de Orientação a cavalo, em canoa, etc...
As provas de Orientação são, regra geral, realizadas durante o dia. Contudo, há também provas nocturnas com grande adesão de participantes.
A FPO já conta com 142 clubes filiados e espera ter mais de 5.000 praticantes federados no próximo ano. A evolução da Orientação em Portugal, poderá ser ilustrada através da prova emblemática que se realiza todos os anos, por altura do Carnaval – o **POM (Portugal "O" Meeting)**.

> "As provas do calendário da Federação Portuguesa de Orientação (FPO) são abertas a todas as pessoas de qualquer idade"...

Desde que a Orientação se implantou em Portugal que as várias entidades responsáveis têm pugnado pela organização de eventos de qualidade e com visibilidade a nível internacional. Uma das formas para cativar os atletas mundiais e promover a modalidade além fronteiras seria a criação de um evento que pudesse estar inscrito no calendário oficial da IOF (Internacional Orienteering Federation) e cuja realização recaísse numa altura em que esses atletas, na sua maioria dos países nórdicos, pudessem aproveitar o clima para efectuarem treinos em Portugal.
O que começou por ser uma actividade eminentemente militar rapidamente se transformou num desporto praticado por todos.
Embora a Orientação seja um desporto novo entre nós, em 1997/1998 comemorou-se o seu centenário da Orientação enquanto desporto organizado. Com efeito, terá sido em Bergen, Noruega, no ano de 1897, que se organizou a primeira actividade desportiva de Orientação. Os países nórdicos são ainda hoje, aqueles onde a modalidade tem maior implantação, mobilizando um número de praticantes que coloca a Orientação entre os cinco desportos mais praticados na Escandinávia. A maior prova do mundo realiza-se anualmente na Suécia, "5 dias da Suécia", com um número recorde de 25.000 participantes.

(Continua no próximo número)

TCOR Cav Jocelino Rodrigues
Comandante do GAM

PANDUR II 8X8

Foram entregues à Escola Prática de Cavalaria, na qualidade de responsável pela formação de operadores, duas viaturas blindadas PANDUR II 8X8 TERRESTRIAL ICV-12,7mm MG. Esta é uma das 11 versões desta viatura blindada que se destina a equipar o Exército e a Marinha Portuguesa.

Foram entregues à Escola Prática de Cavalaria, na qualidade de entidade responsável pela formação de operadores, duas viaturas blindadas PANDUR II 8X8 TERRESTRIAL ICV-12,7mm MG. Esta é uma das 11 versões desta viatura blindada que se destina a equipar o Exército e a Marinha Portuguesa.
Aquando da adjudicação do concurso de aquisição das viaturas, ficou salvaguardada a formação, a cargo da empresa vencedora do mesmo, de um conjunto de formadores militares. Para o efeito, o fabricante enviou a Portugal um conjunto de cinco profissionais que, entre os dias 15 e 29 de Outubro de 2007, ministraram um curso de formação de formadores a 12 militares do Exército. No curso - com a duração de 80 horas de formação - e na avaliação, foi utilizada a língua inglesa. Do mesmo modo, o manual distribuído aos formandos também estava elaborado em inglês.

O curso, planeado e executado pelo fabricante, em coordenação com a Escola Prática de Cavalaria, tinha por objectivo, dar a conhecer as características técnicas da viatura, de forma a habilitar os formandos com os conhecimentos técnicos e mecânicos necessários para ministrar formação aos futuros operadores da viatura PANDUR 8x8.
A viatura está equipada com uma série de inovações de carácter mecânico e electrónico que, face à sua complexidade, exigiram concentração elevada e um estudo meticulosos por parte dos formandos.
A viatura causou de imediato uma impressão muito positiva em todos os formandos, quer pela sua aparência, comodidade e conforto, quer pela capacidade de ultrapassar todos os obstáculos que lhe foram sendo colocados no decorrer das sessões práticas.

Para além dos aspectos referidos, há alguns componentes e sistemas que merecem maior destaque, nomeadamente:

1. Sistema ADM (Automatic Drive Train Management) - Parece-nos um precioso auxiliar do condutor pois, quando ligado, permite que a viatura faça a selecção automática dos eixos que executam a tracção, deixando os eixos restantes suspensos e sem tracção, aumentando a eficácia da potência do motor, empregando-a apenas nos eixos em contacto com o solo. Este sistema foi testado durante o período de formação e foi notória a diferença no comportamento da viatura em todo-o-terreno.

2. Sistema CTIS (Central Tire Inflation System) - Permite aumentar ou diminuir a pressão dos pneus, por eixos, conforme desejado ou o terreno assim o exija; esta variação de pressão pode ir dos 1,5 bar aos 4,0 bar. Também podemos seleccionar o modo manual e assim a pressão dos pneus pode ir dos 0,9 bar aos 7,4 bar. Conforme seleccionado no computador, é feito um diagnóstico de dois em dois minutos ou de 30 em 30 minutos, sendo a correcção feita imediatamente, se necessário.

3. Sistema TDS (Threat Detection System) - Permite detectar automaticamente uma telemetragem inimiga e disparar os 8 lança-potes de fumos, originando uma cortina de fumos que permite a evasão da viatura. No monitor do Chefe de Viatura visualizar-se-á o azimute da origem da telemetragem.

4. Equipamento de Protecção NBQ – Dois sensores detectam uma possível contaminação, activando automaticamente o sistema que provocará um aumento da pressão interior da viatura, através das condutas do ar condicionado, não deixando assim, que qualquer contaminação entre no seu interior. Todo o ar que circula no interior da viatura passará através de um filtro de protecção.

5. Sistema de Supressão de Incêndio – A viatura vem equipada com três extintores no compartimento de combate que, quando accionados não produzem efeitos nocivos ou secundários na guarnição da viatura, uma vez que estão carregados com um *spray* (DeuGen-N) não prejudicial à saúde. São accionados automaticamente logo que os sensores detectem temperaturas acima de 70°C. Está também equipada com um extintor no compartimento do motor, que é accionado automaticamente quando a temperatura atinge os 125°C. O valor da temperatura pode ser ajustado no computador de bordo. Este extintor não danifica o motor.

6. Sistema de Retardamento de Travagem – Este sistema, aliado ao sistema de travagem ABS, permite um melhor rendimento do motor, pois a travagem desenvolve-se em três fases funcionando como um desacelerador, viabilizando uma mais fácil recuperação da aceleração do motor.

Para além dos sistemas inovadores referidos, existe nesta viatura um conjunto de pormenores que merecem destaque:

·Motor de 8.900cm³, com 6 cilindros e com capacidade para desenvolver 455Hp. Apresenta um excelente rendimento e permite atingir velocidades de 105 km/h em estrada e de 75 km/h em todo o terreno;

· A viatura tem um depósito de combustível de 350 litros e um de reserva de 27 litros. Os consumos médios registados foram de, aproximadamente, 50 litros aos 100 km em estrada e de 100 litros aos 100 km em todo o terreno;

· A suspensão é independente a todas as rodas, o que proporciona maior conforto e controlo. Os amortecedores não são intermutáveis, pois cada um apresenta valores de pressão diferentes;

· A versão em apreço não tem capacidades anfíbias mas consegue efectuar passagens a vau até 1,5m de profundidade. Esta versão não vem equipada com bombas de porão;

· A construção do casco em arco, bem como o dispositivo nos bancos para suspender os pés fornecem protecção contra minas, até um limite de impacto máximo equivalente ao provocado por uma carga de 6kg de TNT;

· A viatura dispõe de um guincho que pode operar para a frente e para trás, com uma capacidade de 96KN;

· O sistema eléctrico é alimentado por 4 baterias de 12V divididas em 2 grupos. Um fornece energia para osistema de ignição da viatura e o outro fornece energia aos restantes componentes eléctricos da viatura. Existe a possibilidade de, em condições de temperaturas negativas extremas, ligar os 2 grupos para operar a viatura. Esta capacidade permite operar os rádios e aparelhos de visão nocturna durante a noite, sem obrigar à carga permanente das baterias, uma vez que a ignição da viatura está assegurada por um sistema de baterias independente. Deste modo, reduz-se também a assinatura sonora da viatura, de noite e de dia.

As características técnicas e capacidades da viatura apresentadas são aquelas que, na nossa modesta opinião, poderão fazer a diferença quando comparadas com as das viaturas que vai substituir.

Porém, dados os factos observados, pensamos que a mobilidade da viatura em áreas edificadas sera significativamente limitada não obstante o aumento da protecção. As dimensões da viatura restrigem a sua capacidade de manobra em áreas urbanas, uma vez que necessita de um círculo de cerca de 20m de diâmetro para inverter o sentido de marcha. Este problema poderá ser ultrapassado recorrendo à capacidade de bloquear as rodas de um dos lados, o que lhe permitirá diminuir o diâmetro do círculo de viragem. Contudo, a execução frequente desta manobra é desaconselhada pelo fabricante, face à possibilidade da ocorrência de danos ao nível do trem de rodagem.

Ao galope! À carga!

TEN Cav Tiago Pires

Comandante de Pelotão do 1.º EAM/GAM

AutoSueco (Minho)
Grupo Auto Sueco
VOLVO
BRAGA GUIMARÃES BARCELOS V.N. FAMALICÃO

CENTAURO 105 mm 8X8 "Tank Destroyer"

"Ágil, Belo, Estiloso e Mortal, são palavras capazes de definir este excelente blindado 8x8 de fabricação Italiana denominado CENTAURO B-1…"[1]

O projecto da Centauro 8 x 8 – "Tank Destroyer" - surgiu quando o Exército Italiano se deparou com a necessidade de possuir uma viatura capaz de destruir Carros de Combate (CC) tradicionais, um "Tank Destroyer" ou "Tank Killer" e que possuísse o poder de fogo do Leopard 1 "Main Battle Tank" (MBT)[2], mas que fosse dotado com uma maior mobilidade táctica e estratégica.

A Viatura Blindada de Rodas Centauro 8 x 8 – "Tank Destroyer", produzida pelo CONSORZIO IVECO FIAT - OTO MELARA CENTAURO, é uma viatura do tipo "Mobile Gun System" (MGS), equipada com uma peça estabilizada estriada, calibre NATO de 105-mm.

A guarnição da Centauro 8x8 "Tank Killer" é semelhante às que integram a maioria dos CC: Chefe de Viatura, Apontador, Municiador e Condutor. Adicionalmente, a Centauro permite transportar mais 4 elementos (com lugar sentado) no compartimento traseiro. O espaço disponível na torre é bastante amplo quando comparado com o espaço correspondente na AM V150.

O veículo está equipado com um motor Diesel de 520 cv e uma caixa de velocidades automática com 5 velocidades para a frente e mais 2 para a retaguarda.

O sistema de suspensão é do tipo independente "McPherson", com amortecedores hidropneumáticos, com direcção assistida nas 4 rodas da frente e nas duas últimas 2 rodas.

O sistema de controlo de tiro da viatura é totalmente computorizado, podendo ser utilizado quer pelo Chefe de Viatura quer pelo Apontador e consiste num aparelho de pontaria estabilizado e panorâmico diurno e nocturno, com um periscópio de telémetro laser para o apontador, computador balístico digital, sensores e painel de controlo. O sistema de pontaria é paralelo e não convergente, como é habitual nos CC existentes no Exército Português, dando a distância em metros através do telémetro laser.

A Centauro 8x8 "Tank Killer" utiliza munições *standard* NATO calibre 105 mm do mesmo tipo das utilizadas pelo CC M60 A3 TTS, actualmente em uso no Grupo de Carros de Combate (GCC) da Brigada Mecanizada, incluindo a segunda geração de munições APFSDS, com elevada velocidade e poder de penetração e possibilidade de efectuar tiro, tanto em posições estáticas como em movimento, contra alvos fixos e móveis, de dia ou de noite.

A Centauro 8x8 "Tank Killer" apresenta uma imagem agressiva devido às suas dimensões e *design*, bem como pela sua torre, armamento e baixa silhueta. Curiosamente, o lugar do Chefe de Viatura situa-se na torre, no lado esquerdo e não do lado direito, como é habitual na maioria das viaturas semelhantes. A suspensão da viatura permite obter um conforto surpreendente quando comparado com a VBR V-150 e o sistema de controlo de pressão do ar nos pneus é controlado pelo condutor, permitindo modificar a pressão de 1,5 a 4,5 bar. Esta última característica garante uma capacidade adicional em termos de mobilidade, sobretudo em terreno menos duro, do tipo deserto. Os seus pneus não possuem câmara-de-ar e são do tipo *Run Flat*, possibilitando continuar a marcha mesmo depois de furados, ao longo de cerca de 80km.

Características gerais [3]	
Guarnição	4 (Chefe de viatura, Apontador, Municiador e Condutor). Capacidade para 4 elementos no compartimento traseiro
Peso	25 Toneladas em Ordem de Batalha
Dimensões	
Comprimento / Largura / Altura:	8,555m / 3,05m / 2,735m
Autonomia:	800km
Armamento	
Peça	OTOBREDA 105 mm
Munições (Tipo e Quantidade)	40x105 mm NATO e 4000x7,62 mm
Torre:	14x105 mm & 4000x7,62 mm
Casco:	26x105 mm
Metr (Coaxial e Torre):	2x7,62 mm NATO
Lança-Potes de Fumo:	8x80 mm
Mobilidade	
Trem de Potência	Composto pelo motor - transmissão – sistema de arrefecimento, para facilitar a remoção rápida, inclusive, em campanha
Motor	IVECO V6 (382 kW - 1865 Nm) 520 Cv
Transmissão	Automática (licença da ZF) com 5 velocidades para a frente e 2 para trás
Suspensão	Independente, com componentes idênticos nas 8 rodas
Travões	De disco em cada uma das 8 rodas
Direcção	Assistida no 1.º, 2.º e 4.º eixo
Pneus	14.00 - 20, com sistema *"run flat"* e equipados com o sistema C.T.I.S. ("Central *Tyre Inflation System*")
Velocidade e Rampa Máxima	105 km/h / 60%
Vau / Diâmetro de viragem	1,5 m (sem preparação) / 9 m
Protecção	
Casco	Corpo principal em aço balístico com reforço, *"power pack"* à frente e *"driveline"* lateralmente
Sistema NBQ	Integrado com o sistema do ar condicionado
Sistema Contra Incêndios	Protecção contra incêndios no compartimento da guarnição e motor
Aviso Laser	Opcional
Transportabilidade	Aerotransportável em Hércules C - 130

A produção Centauro 8x8 "Tank Killer" iniciou-se em 1991 e continua na actualidade. A viatura equipa diversas unidades de blindados italianas, com cerca de 400 unidades e, aproximadamente, 22 unidades do Exército de Espanha[4]. No Brasil, este MGS equipa algumas unidades do Exército tendo substituído o antiquado EE-9 Cascavel.

Para além da versão 105mm, o consórcio IVECO FIAT - OTOMELARA, disponibiliza ainda outras versões da Centauro, nomeadamente, canhão de 120 mm, 70mm, 60mm, 52 mm, 45 mm, 25mm e ainda a versão APC.

A Centauro 8x8 "Tank Killer" foi e continua a ser amplamente utilizada pelas Unidades italianas presentes na região dos Balcãs, particularmente, na Bósnia e no Kosovo, onde as suas capacidades demonstraram ser uma viatura com elevado potencial para desempenhar Operações de Resposta a Crises (CRO). A Centauro foi ainda utilizada pelas forças italianas na Somália onde foi submetida a difíceis condições de operação tácticas, geográficas e climatéricas. Os seus custos de manutenção são significativamente reduzidos, quando comparados com um CC equipado com o mesmo tipo de armamento. A Centauro tem ainda a possibilidade de aumentar a sua capacidade de protecção através da colocação de painéis adicionais de blindagem em locais chave.

Numa altura em que no Exército Português está a decorrer o processo de aquisição de 33 Autometralhadoras para equipar o Esquadrão de Reconhecimento (ERec) e o Grupo de Autometralhadoras (GAM) da Brigada de Intervenção (BrigInt), é pertinente analisar as várias soluções disponíveis no mercado bélico. A AM Centauro 8x8 "Tank Killer" representa um projecto tecnológico consolidado com provas dadas e *upgrades* resultantes dos avanços tecnológicos e das lições apreendidas, fruto do seu emprego operacional nos teatros de operações de África, Europa e América do Sul, ao longo das quase duas décadas de experiência e serviço.

[1]Expedito, Carlos Stephani Bastos, In www.defesanet.com.br/centauro/index.html
[2]Carro de Combate Principal.
[3]As características da Centauro 8x8 "Tank Killer" estão disponíveis, para consulta, in www.otomelara.it e www.janes.com/defence/land_forces/supplement/lav/lav_centauro.shtml.
[4]Valores referidos no website: ttp://www.janes.com/defence/land_forces/supplement/lav/lav_centauro.shtml.

1SAR Cav Agostinho Fernandes
Sargento de Informações/GAM

SAPOL
ARMAZENISTAS DE MATERIAL ELÉCTRICO
Santana & Pogeira, S.A.

DICOTOMIA CARRO DE COMBATE – ARMAS ANTI-CARRO[1]

ÚLTIMOS DESENVOLVIMENTOS

O Carro de Combate (CC) surgiu na Primeira Guerra Mundial, em resposta à estagnação imposta pela guerra de trincheiras. Na época e mesmo nos anos que se seguiram àquele conflito, não foram muitos os que vislumbraram que o emprego dos CC somente no acompanhamento da infantaria a pé, configurava uma imensa subutilização. Mesmo assim, os CC foram evoluindo e, de uma maneira geral, impuseram-se de forma bem sucedida à grande maioria das armas Anti-Carro (ACar) de então.

Até o início da Segunda Guerra Mundial, o armamento anti-carro mais amplamente empregue eram os canhões e munições especificamente concebidos para vencer a blindagem dos veículos. Surgiram então os lança-rockets e, por um breve momento, parecia que o reinado do CC no campo de batalha estava encerrado, já que um simples combatente apeado tinha à sua disposição um meio eficaz para a sua destruição. Na prática as coisas não se mostraram tão simples, pois os efeitos desses e outros armamentos disponíveis para o combatente individual podiam ser minimizados pelo emprego de blindagens mais espessas ou melhoradas. Nesta situação, a vantagem ficava do lado do CC, pois o limite de calibre (e consequentemente do peso e da eficácia) dos lança-rockets e suas munições foi atingido de uma forma relativamente rápida.

CC AMX-30B2, com sistema de Blindagem Explosiva Reactiva Brenus, desenvolvido pela GIAT

O aparecimento dos mísseis ACar complicou a situação para os CC, principalmente quando a sua utilização foi combinada com a 3.ª dimensão, designadamente os helicópteros de ataque. O aumento da espessura da blindagem "comum" começou a prejudicar consideravelmente as capacidades e características das viaturas, principalmente no que toca à sua mobilidade. Este aspecto originou o desenvolvimento de novos tipos de blindagem, (composta, espaçada, reactiva, etc.), que durante algum tempo conferiram aos carros pesados (MBT)[2] um certo grau de imunidade contra grande parte dos mísseis, pelo menos no arco frontal do casco e em pontos vitais, como a torre.

A resposta não tardou e, numa primeira fase, o desenvolvimento dos mísseis ACar passou por aumentar o calibre das cabeças de guerra (que logo atingiram o limite prático) e, em seguida, pelo desenvolvimento de novos mísseis capazes de atacar a parte superior dos carros, perfil do tipo "top attack"[3], menos protegida que as outras.

As novas blindagens permitiam também uma boa defesa contra as munições (inclusive tipo "flecha", nas quais o projéctil é feito de material muito duro e denso — urânio empobrecido, por exemplo) disparadas pelas peças de veículos menos sofisticados. A evolução no projecto e produção da munição tipo "flecha", dificultou, sobremaneira, a probabilidade de sobrevivência a um impacto; por regra, é difícil a um CC resistir a um impacto de "munição flecha" disparada por outro CC da mesma geração e porte. É claro que estamos no campo da teoria, já que o resultado de uma aquisição depende de diversas variáveis, entre elas os tipos de veículos e o ângulo do impacto. Por outro lado, os MBT de uma nova geração são praticamente imunes à maioria das munições disparadas pelos CC da geração anterior bem como, das munições disparadas pelos veículos de reconhecimento da sua geração.

Logicamente, o ideal para um CC seria:

a)Não ser descoberto;

b)Se descoberto, não ser atingido;

c)Se atingido, limitar ao máximo os danos no equipamento e na guarnição.

No que diz respeito ao item "a", um CC pode utilizar os tradicionais métodos de ocultação e camuflagem (as modernas redes de camuflagem são eficazes para uma larga faixa do espectro de radiação electromagnética, inclusive a infravermelha). Além disso, no projecto dos CC modernos procuram-se baixas assinaturas no campo visual (silhueta reduzida), da acústica (diminuição de ruídos), de radar (cuidadoso desenho das superfícies exteriores) e infravermelho (IV).

Relativamente ao item "b", os CC dispõem, há já muito tempo, de dispositivos de lançamento de potes de fumos, que originalmente os protegiam apenas contra sistemas de pontaria e guiamento ópticos, mas que actualmente são eficazes também contra IV; a mobilidade é outro factor importante para minimizar a possibilidade de ser atingido.

O terceiro e último item exige pelo menos blindagem eficaz, um bom sistema de combate a incêndio, e concepção cuidadosa para que a energia resultante das possíveis explosões internas seja dirigida para fora do veículo. Além dessas, outras providências devem ser tomadas para proteger a guarnição, nomeadamente um sistema de protecção NBQ eficiente, um sistema de armazenamento das munições que ofereça alguma protecção aos homens em caso de impacto, etc.

Os modernos métodos e equipamentos de camuflagem podem permitir um certo grau de "invisibilidade" a um carro emboscado. No entanto, depois de entrar em acção, não é fácil a um CC evitar a detecção. A assinatura

visual produzida pelo disparo da peça, por exemplo, pode ser vista a longas distâncias. Sendo inevitável que o inimigo accione seus próprios meios contra o CC, torna-se imperativo que este disponha de suficiente protecção para sobreviver a um ou mais impactos dos sistemas de armas da força opositora.

A primeira solução foi a aplicação de blindagem adicional, passiva ou Blindagem Explosiva Reactiva (ERA)[4]. Israel foi o primeiro país a adoptar placas de ERA em grande escala, o que garantiu que os CC M48, M60 e Centurion, que equipavam as suas Unidades empregues nas operações no Líbano, ficassem extremamente bem protegidos contra lança-rockets RPG-7, mísseis e projécteis de carga oca. Na impossibilidade de se acrescentar mais e mais blindagem, começaram a ser desenvolvidos alguns equipamentos de protecção, conhecidos como DAS ("Defensive Aid Systems", ou Sistemas de Auxílio à Defesa). Relativamente leves, não têm impacto sensível no peso do veículo, mas aumentam consideravelmente o nível de protecção, o que compensaria a diminuição na blindagem. Actualmente, vários países já usam dispositivos de alerta-laser, capazes de avisar quando o veículo está a ser iluminado por raios laser provenientes de telemetrias ou sistemas de designação de alvos ou de direcção de tiro inimigos. Para a guarnição, é desejável que o alerta seja dado independentemente da direcção de iluminação do laser. Em outros termos, isso significa que devem ser adoptados detectores que cubram todos os ângulos possíveis. É igualmente desejável que seja indicado à guarnição o azimute aproximado da origem do laser, de forma a facilitar a aquisição. Os sistemas mais sofisticados podem analisar o tipo de radiação e — através de comparação com uma biblioteca já armazenada — indicar o tipo da ameaça.

Foram também desenvolvidos alguns equipamentos de alerta-radar, bem como empasteladores ("jammers"[5]) de infravermelhos. Estes "jammers" têm como objectivo confundir as unidades de tiro de mísseis ACar, fazendo-as aceitar o sinal falso ao invés do que é gerado na cauda do míssil. Existem informações de que, já na Guerra do Golfo, em 1991, muitos CC T-72 da Guarda Republicana do Iraque possuíam "jammers" IV no topo da torre, tendo, através da sua utilização, conseguido desviar vários mísseis.

Entretanto, logo se verificou que a simples instalação de tais equipamentos poderia não ser suficiente. O ideal era o desenvolvimento de sistemas de protecção que combinassem os diversos equipamentos, integrando-os num sistema que envolvesse contramedidas activas e passivas. Parece haver um consenso de que, no futuro, o CC precisará ter capacidade para detectar a ameaça e neutralizá-la antes que seja atingido. Sistemas de "soft kill"[6] podem ser eficazes contra mísseis, desviando-os, mas munições balísticas, uma vez disparadas pelo inimigo, só poderão ser neutralizadas através de "hard kill"[7], ou seja, da sua destruição física.

CC Merkava, com sistema "TROPHY".

Existem actualmente alguns equipamentos que utilizam estes sistemas. O primeiro a ser testado em 1983, era russo e denominado "Drozd". O primeiro veículo a receber a instalação do "Drozd" foi o T-55AD (que já não se encontra ao serviço), seguindo-se o T-62D/D1; o sistema foi também montado no T-80U. O "Drozd" foi fundamental no desenvolvimento do Arena, sistema muito mais sofisticado.

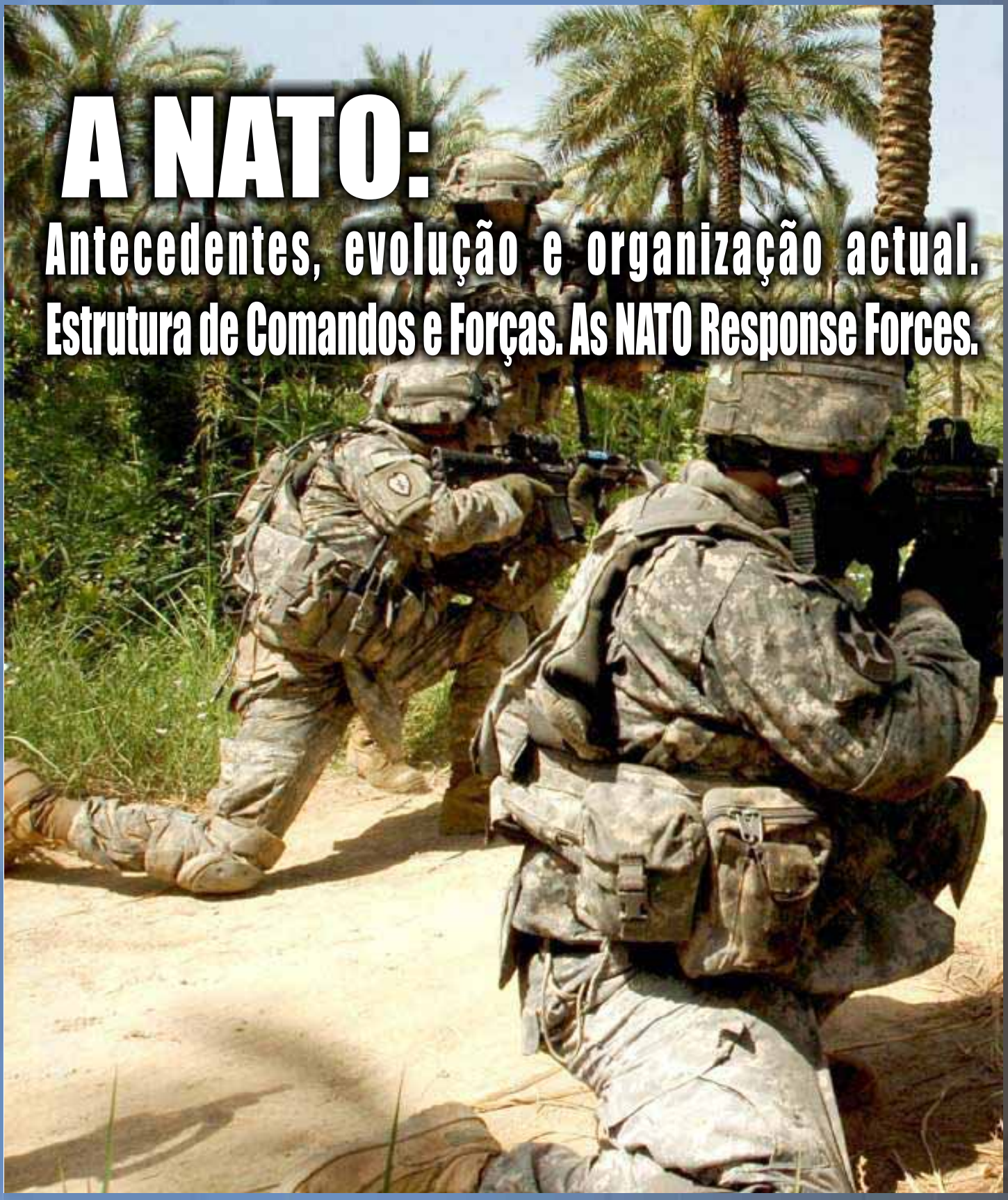
Israel desenvolveu um sistema, denominado "TROPHY". O sistema foi testado, está operacional e em utilização no Exército Israelita. Este sistema também foi testado pelos Estados Unidos para utilização nas suas viaturas, contudo, foi recusado. Actualmente os Estados Unidos planearam desenvolver e adoptar, para o seu programa – Sistemas de Combate Futuros (FCS)[8] - um sistema defensivo abrangente, que se possa contrapor inclusive a mísseis em trajectória de "top attack" e a submunições do tipo "self-forging". Este sistema está ainda em desenvolvimento pela empresa RAYTHEON, e o programa está relativamente atrasado.

Na generalidade, o funcionamento destes equipamentos consiste em sistemas de radar, montados na torre, que cobrem 360º e unidades de armamento com munições defensivas, um painel de controlo e um módulo de equipamento de radar. O radar detecta e acompanha a ameaça (munição a uma velocidade entre 70 m/s e 700 m/s; os disparos que não vão atingir o veículo são ignorados, mesmo que passem perto, o mesmo ocorre com estilhaços de artilharia e tiros de armas pequenas), e uma das munições defensivas (cuja velocidade é de 190 m/s) é lançada quando o projéctil está a aproximadamente 200m do carro. A explosão da munição lançada (alto explosivo de fragmentação) ocorre a 6-7 m do carro, lançando grande número de fragmentos na trajectória do projéctil inimigo. Quando se utiliza este sistema, ou mesmo a blindagem reactiva, há que ter em consideração os eventuais danos e baixas que podem ser causados, por exemplo, na infantaria amiga desabrigada, que esteja nas proximidades do CC. O disparo automático das munições defensivas é suspenso quando a escotilha do veículo estiver aberta.

Com os avanços tecnológicos, as blindagens reactivas, que ainda há muito pouco tempo eram uma revolução na protecção das viaturas blindadas, parecem começar a ser ultrapassadas por outros sistemas. O mundo da tecnologia dita a velocidade de evolução das mesmas blindagens e o que hoje ainda nos parece algo impossível de atingir, amanhã poderá ser uma verdade inabalável.

[1]Elaborado com base em informação recolhida em www.segurancaedefesa.com e www.defense-update.com.
[2]Main Battle Tank.
[3]Designação dada aos dispositivos destinados a atacar viaturas blindadas, superiormente ou pela retaguarda, por serem os pontos onde a sua blindagem é menos espessa. O ideal será o dispositivo penetrar na blindagem com um ângulo de 90º.
[4]"Explosive Reactive Armor".
[5]Dispositivo electrónico que detecta e identifica sinais de infra-vermelhos, e interfere com esse sinal criando um sinal novo mas com informações diferentes.
[6]São sistemas activos que desviam ou neutralizam as munições ou mísseis, mas não os destroem.
[7]São sistemas activos que neutralizam as munições ou mísseis através da sua destruição física.
[8]Future Combat Systems.

TEN Cav Alberto Pinto
Comandante do EAC/GAM



A NATO:

Antecedentes, evolução e organização actual. Estrutura de Comandos e Forças. As NATO Response Forces.

INTRODUÇÃO

A história da NATO e o seu papel no mundo é um tema recorrente, abordado e analisado de uma forma permanente em todo o mundo. A razão da apresentação deste artigo prende-se com o facto de presentemente existir uma forte ligação entre o RC 6 e todos assuntos relativos à NATO. Esta ligação tem como causa o aprontamento da NATO Response Force 11 que se iniciou neste Regimento em Julho de 2007 e que terminará no final do período de Stand-by em Janeiro de 2009.

ANTECEDENTES

Cerca de um ano após a capitulação alemã às mãos dos aliados, Churchill lançou esta famosa frase: "Uma cortina de ferro caiu sobre o continente" (1946).
Aquele que tinha sido o principal e indispensável aliado da 2.ª Grande Guerra, a URSS, tornava-se no inimigo principal. De facto, após o fim da guerra, a URSS além de manter na Europa milhares de militares, organizava de uma forma intencional e segundo o seu modelo, os exércitos dos países por ela ocupados. Cedo se percebeu que a paz que deveria ter surgido de uma forma sólida e duradoura, seria desviada à partida para uma tensão bipolar entre a URSS e os Estados Unidos da América (EUA), que duraria até aos anos 80. A Guerra Fria que estava no seu início, manteve o seu epicentro na Europa que assistia de uma forma preocupada e atenta às relações das duas superpotências (assim designadas depois de conhecida a domesticação da energia atómica).

Ao longo dos últimos anos, a NATO passou de uma Aliança focalizada essencialmente nos planos de contingência para fazer face a hipotéticas operações convencionais de grande envergadura na região da Europa Central, para uma organização altamente operacional com um conjunto eclético e multifacetado de missões. Verificou-se desta forma, que a NATO necessitava de uma evolução organizacional. O aumento da segurança territorial da Aliança reduziu as necessidades de defesa estática, enquanto a abordagem cada vez mais pró-activa da NATO na gestão de crises, exigia um reforço da capacidade de projecção, flexibilidade, capacidade de resposta e robustez.

Interrelacionado com isto, estava o reconhecimento de que a NATO tinha áreas de interesse fora da sua área de responsabilidade tradicional. O combate da ameaça fora das fronteiras dos países membros da NATO é uma medida de prevenção que pode evitar uma agressão efectiva por parte do inimigo ou da ameaça. A evolução da estrutura das forças

"Uma cortina de ferro caiu sobre o continente"

Churchill (1946)

A tensão então criada originou um desejo de defesa colectiva do Ocidente, face ao expansionismo soviético. Este sentimento alimentou uma série de medidas aos mais diversos níveis, que, no plano militar, culminou com a assinatura do Tratado do Atlântico Norte a 4 de Abril de 1949. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) sofreu várias transformações na sua estrutura e nas suas missões ao longo dos tempos, quase sempre dirigidas para a sua adaptação a novas realidades. De facto, ao longo da sua história, verifica-se que muitas vezes, no que diz respeito a alterações estruturais, a NATO tem reagido em vez de agir. De qualquer forma, convém realçar que o compromisso de cooperação estratégica em tempo de paz e a obrigação de auxílio mútuo em caso de ataque a qualquer dos países-membros continua a ser a "bandeira" desta organização Internacional.

EVOLUÇÃO

"Num mundo cada vez mais pequeno e interdependente, equacionar a segurança com a segurança do nosso próprio território é, claramente, uma definição demasiado restrita do interesse nacional. Se quisermos garantir a ordem e a segurança no mundo de hoje, a comunidade transatlântica tem de aceitar a responsabilidade de agir onde é necessário, quer seja para impedir o terrorismo ou para prestar ajuda humanitária. É este entendimento da segurança que tem inspirado a evolução da NATO desde o final da Guerra-fria".

Jaap de Hoop Scheffer,
Secretário-Geral da NATO

(particularmente a criação de quartéis-generais de forças terrestres e navais de alta prontidão), a evolução do relacionamento com a União Europeia e a necessidade de reduzir a diferença de capacidades entre os Estados Unidos e os seus Aliados, eram novas razões para uma mudança. Ao mesmo tempo, as crescentes pressões orçamentais e de efectivos, aumentavam a necessidade de melhorar a eficácia através duma reforma institucional. Tudo isto era espectacularmente reforçado pela mudança de paradigma da visão estratégica no seguimento do 11 de Setembro de 2001, pela subsequente participação da NATO na "guerra contra o terrorismo" dirigida pelos EUA e pela sua crescente preocupação com a ameaça representada pela proliferação das armas de destruição em massa. Foi o impacto cumulativo destes factores que levou à reviravolta da Cimeira de Praga (Novembro 2002).
A incorporação das decisões mais significativas da Cimeira de Praga na nova Estrutura de Comando da NATO, marcou um desvio substancial das abordagens organizacionais anteriores e lançou o desenvolvimento da NATO numa trajectória muito mais ambiciosa do que em qualquer outra fase da sua história.

ORGANIZAÇÃO ACTUAL, ESTRUTURA DE COMANDO E FORÇAS

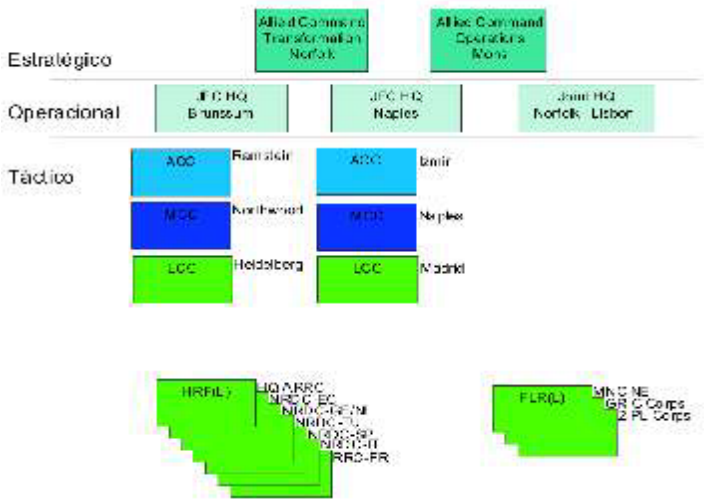
"Precisamos de forças que possam reagir com rapidez, ser destacadas para longe e depois mantidas por longos períodos de tempo".

Jaap de Hoop Scheffer,
Secretário-Geral da NATO

A NATO possui na sua organização uma Estrutura Civil, uma Estrutura Militar e ainda várias organizações e agências que trabalham directamente para a Aliança.
A Estrutura Civil compreende um Quartel-General, os representantes permanentes e as delegações Nacionais dos Países pertencentes à Organização e ainda um *Staff* Internacional.
A actual Estrutura Militar de Comando da NATO constitui aquilo que é talvez a evolução mais importante da organização militar da Aliança desde a sua criação há mais de 50 anos. A necessidade permanente de responder de uma forma rápida e eficaz em todo o espectro da conflitualidade, desde a resposta a crises até aos conflitos de alta intensidade, obrigou ao estabelecimento de uma nova estrutura de Comandos e de Forças.

Estrutura de Comandos

A nova Estrutura de Comandos substitui uma estrutura que já era considerada ela própria um importante passo em frente na ocasião da sua introdução em 1999.
Uma das decisões mais importantes da Cimeira de Praga (Novembro de 2002), foi racionalizar a Estrutura de Comandos da NATO para conseguir uma estrutura mais simples, mais eficaz, eficiente e projectável, com vista a satisfazer os requisitos operacionais para toda a gama de missões da Aliança.
• **Ao Nível Estratégico** - A NATO desactivou o Comando Aliado do Atlântico (ACLANT), baseado em Norfolk, Virginia, EUA e atribuiu todas as responsabilidades operacionais ao Comando Aliado das Operações (ACO), ex-Comando Aliado da Europa (ACE), baseado em Mons, Bélgica. Simultaneamente, foi criado novo Comando Aliado para a Transformação (ACT) em Norfolk, Virginia, sendo-lhe atribuída a missão de promover e supervisar a contínua transformação das forças e capacidades da Aliança.
• **Ao Nível Operacional** – O ACO, como responsável pelas operações da NATO, consiste em dois Standing Joint Force Commands (JFCs), um em Brunssum, Holanda (JC NORTH), e outro em Nápoles, Itália (JC SOUTH), destinados a conduzir operações a partir do seu QG permanente ou projectar um QG inserido numa Combined Joint Task Force (CJTF- land-based). Um terceiro comando foi atribuído a Portugal em Lisboa - o Joint Headquarters (JHQ Lisbon), a partir do qual um pode ser projectado um QG CJTF (Sea-based).
• **Ao Nível Táctico** – A estrutura de Comando consiste em 6 Joint Force Component Commands (JFCCs), terra, mar e ar. Subordinados ao JFC Brunssum temos: o Air Component Command, em Ramstein, Alemanha; o Maritime Component Command, em Northwood, Reino Unido e o Land Component Command, em Heidelberg, Alemanha.
Subordinados ao JFC Nápoles temos: o Air Component Command, em Izmir, Turquia; o Maritime Component Command, em Nápoles, Itália, e o Land Component Command, em Madrid, Espanha.
Juntam-se a estes componentes, quatro Combined Air Operations Centres (CAOCs).



Estrutura de Forças

A nova estrutura de forças da NATO, nasceu da necessidade de dispor em permanência de uma capacidade de assumir missões de todo o tipo, desde os conflitos convencionais até às operações de ajuda humanitária.
A nova estrutura de forças encontra-se organizada da seguinte forma:
7 NATO Rapid Deployable Corps (terrestres) – NRDC-SP (Valência, Espanha), ARRC (Rheindalen, Alemanha), NRDC-GE/NL (Munster, Alemanha), EUROCORPS (Estrasburgo, França), NRDC-IT (Milão, Itália), NRDC-TU (Ayazaga, Turquia) e o RRC-FR (Lille, França).
Com um grau de prontidão mais baixo, conta com três Forces of Lower Readiness (terrestres) – HQ MNC da Holanda, HQ GR C Corps da Grécia e HQ 2nd PL Corps da Polónia.
Nas componentes aéreas, COMAIRNORTH e COMAIRSOUTH, de acordo com as circunstâncias, designarão as unidades aéreas que ficarão TACOM de um dos CAOCs a designar.

AS NATO RESPONSE FORCES (NRF)

A segunda mudança inovadora resultante da Cimeira de Praga foi a decisão de criar uma Força de Reacção da NATO (NRF), que pretende se pretende seja uma força tecnologicamente avançada, flexível e com capacidade de sobrevivência/sustentação. Esta força deverá incluir elementos terrestres, navais e aéreos e estar apta a deslocar-se rapidamente para onde for necessário, conforme decisão do Conselho do Atlântico Norte (NAC), o órgão superior da tomada de decisões políticas da NATO. Um aspecto importante da natureza transformacional da NRF é ser uma força permanente. Ao contrário de outras forças da NATO criadas para uma missão específica, a NRF estará disponível para emprego imediato em qualquer missão considerada adequada pelo Conselho do Atlântico Norte. Outra característica importante da

NRF é a sua aptidão para actuar em todo o espectro de missões da NATO.
Com uma prontidão de 5 dias de pré-aviso (NTM), a NRF deve estar apta a movimentar-se rapidamente para a área de operações, entrar em posição e operar como força isolada até 30 dias com meios de apoio logístico próprios, ou por mais tempo com apoio logístico adicional. As NRF devem possuir a capacidade de cumprir as seguintes missões:
(a) Força Isolada (Stand Alone Force);
(b) Força de Entrada Inicial (Initial Entry Force);
(c) Operações de Demonstração da Força;
(d) Operações de Resposta a Crises (Crisis Response Operations, CRO);
(e) Operações de Apoio ao Contra-Terrorismo;
(f) Operações de Embargo (Interdição Marítima, Terrestre e Aérea).
A capacidade de projecção de uma força credível num tempo muito curto, demonstrando coesão e determinação por parte dos estados-membros da Aliança, pode ter um efeito dissuasor substancial e ser vantajosa nas fases iniciais de uma crise, sendo susceptível de evitar a necessidade de emprego de maiores efectivos militares nos estádios subsequentes do seu desenvolvimento.

Certificação

A NRF é treinada e certificada de acordo com parâmetros específicos definidos pela Aliança. Cada força disponibilizada para a NRF é submetida a um primeiro período de Treino Táctico de Unidade (*Unit Level Tactical Training*), da responsabilidade nacional que tem a duração de 6 meses. Segue-se um novo período de 6 meses para Treino de Componente e da Força Conjunta (*Component Level and Joint Force Training*), da responsabilidade dos comandantes de componente NATO nomeados. Uma vez certificada, a NRF inicia um período de *stand-by* com a duração de 6 meses, no qual é mantida em alto estado de prontidão, preparada para, à ordem, ser rapidamente projectada e empenhada.

CONCLUSÕES

"A vitória sorri aos que antecipam as mudanças na natureza da guerra, não aos que esperam que as mudanças ocorram para se adaptarem".

Giulio Douhet, teórico italiano e mentor da Teoria do Poder Aéreo, 1921

Com o desmoronamento do Bloco de Leste no final dos anos 80, surgiu a necessidade de redefinição do papel da NATO no contexto da nova ordem internacional, pois o motivo que deu origem ao aparecimento da organização e o objetivo que a norteou durante quatro décadas desapareceram subitamente. Mais de 80 anos depois, as palavras de Giulio Douhet continuam tão pertinentes como quando as escreveu. Ilustram a importância do programa de transformação da NATO estabelecido em Praga, apesar da transformação não acontecer por artes mágicas, exigindo ainda uma grande dose de trabalho árduo. A criação das NATO Response Forces constituiu, sem qualquer dúvida, um grande salto qualitativo na capacidade de resposta da NATO. A organização é, neste momento, um eixo da política de segurança de toda a Europa (considerando também os países que antes formavam o bloco adversário) e América do Norte.

MAJ Cav Miguel Pimenta
Comandante do ERec

ISAVE
A Inovar no Ensino e na Ciência

COGNITIO TIROSINIUM PRAXIS
ISAVE
INSTITUTO SUPERIOR DE SAÚDE DO ALTO AVE

A Criar o Teu Futuro em Saúde

Licenciaturas em:
Enfermagem
Fisioterapia
Terapêutica da Fala
Farmácia
Higiene Oral
Prótese Dentária
Radiologia
Análises Clínicas e Saúde Pública

Pós-graduações em:
Gerontologia Clínica
Motricidade Oro-Facial

Gestão de Organizações Sociais e da Saúde

www.isave.pt

Campus Académico do ISAVE
Quinta de Matos - Geraz do Minho
4830-316 Póvoa de Lanhoso

Tel. 253 639 800
Fax. 253 639 801
Email: geral@isave.edu.pt

Quando o Cavalo é Terapia

Existem poucas referências do início da hipoterapia na Paralisa Cerebral, tanto a nível mundial como em Portugal. As primeiras referências publicadas em Inglaterra, sobre o uso do cavalo para a reabilitação de pessoas com paralisia cerebral datam de 1870, por Chassaine, estudante da Universidade de Paris (Baker, 1995). A partir de 1970, vários artigos publicados sobre hipoterapia para a paralisia cerebral, começaram a ter valor técnico e passaram a ser classificados como literatura científica. Na Alemanha, a comunidade científica também referia a importância desta intervenção, dando relevo à avaliação dos efeitos e benefícios desta intervenção na paralisia cerebral (Baker, 1995). Horster et al (1976), fizeram uma revisão geral da hipoterapia e equitação adaptada e a sua utilização em diferentes patologias, nomeadamente na paralisia cerebral. O estudo concluiu que esta técnica traz grandes benefícios a nível psicológico, sendo muito importante para que a pessoa mantenha a sua motivação no seu processo reabilitativo. Verificou-se também melhorias significativas a nível da coordenação motora, tonus muscular e controlo de reacções associadas (Baker, 1995).

Em Portugal a hipoterapia na paralisia cerebral teve início na Associação de Paralisia Cerebral de Faro em 1987, seguida de Lisboa em 1992, de Guimarães em 1995, do Porto em 1997 e de Braga em 2001.

A hipoterapia é utilizada como meio terapêutico complementar ou alternativo, podendo ser aplicada em paralelo com outras terapias (fisioterapia, terapia ocupacional, terapia da fala, psicologia) ou de forma individualizada. É um método de intervenção global, em que o cavalo é o instrumento de trabalho por excelência. O movimento tridimensional (vertical, horizontal e longitudinal) do cavalo é um factor de grande importância, que nos permite atingir diferentes objectivos, não só ao nível motor, mas também ao nível cognitivo e comportamental. Sujeita a muitos estudos e comprovações, actualmente a hipoterapia é mais do que uma técnica moderna, fundamentada na aplicação de conhecimentos técnico-científicos. Além disso, a hipoterapia constitui uma experiência riquíssima, proporcionada pelo contacto entre o indivíduo e o animal, não esquecendo a importância de todo o ambiente envolvente, que foge às tradicionais salas de terapias. O objectivo da hipoterapia não é aprender a montar, mas sim o aproveitamento de estímulos que o cavalo proporciona, que vão influenciar a postura, o equilíbrio, o movimento, a auto-estima, a autoconfiança, o comportamento, entre outros factores, igualmente importantes.

A limpeza do cavalo é o primeiro meio para se estabelecer o contacto e fomentar a relação de empatia e de confiança entre a pessoa e o animal, integrando as sessões de hipoterapia de muitas das pessoas que usufruem deste tipo de intervenção terapêutica. O aparelhar do cavalo também pode ser utilizado por algumas pessoas, dependo dos objectivos que se pretendem atingir.

A Associação de Paralisia Cerebral de Braga (APCB), desenvolve um Programa de Hipoterapia no Regimento de Cavalaria N.º 6 – Braga, desde Setembro de 2001. Este Programa é promovido à data, por duas terapeutas ocupacionais, técnicos com formação específica em hipoterapia. Para o desenvolvimento das suas funções, estes técnicos têm a colaboração de dois monitores da Associação formados como guias de hipoterapia.

A APCB possui dois cavalos para a realização desta terapia, são eles o Gingão e a Portuguesa, que foram devidamente treinados e preparados para esta função.

O programa funciona 3 vezes por semana, em sessões de 45 minutos, à terça-feira todo o dia (das 08:00 às 20:00), à quinta e sexta-feira de manhã (08:00 às 14:00) com crianças, adolescentes jovens e adultos portadores de paralisia cerebral, com idades compreendidas entre os quatro e os quarenta anos. Nos dias em que se realizam sessões de hipoterapia, o picadeiro é disponibilizado na sua totalidade pelo Regimento de Cavalaria N.º 6, o que nos permite ter maior segurança durante as sessões de hipoterapia, as quais devem desenvolver-se num ambiente calmo e seguro, diminuindo assim os factores de risco.

A maioria dos indivíduos inicia as suas sessões com a limpeza do cavalo, actividade na qual, além de se promover um contacto mais próximo com o animal, se pretende que a pessoa identifique e utilize de forma apropriada os vários utensílios, realizando para tal diferentes movimentos funcionais. Devido aos problemas motores que as pessoas com paralisia cerebral apresentam, por vezes torna-se necessário proceder a adaptações nos utensílios de limpeza do cavalo (engrossar a pega dos materiais para facilitar a preensão, utilizar materiais mais pequenos e utilizar velcro para facilitar a manutenção da preensão, etc), bem como no restante material de equitação (ex: rédeas adaptadas para facilitar ou permitir a condução do cavalo, selas adaptadas para ajustar melhor a postura em cima do cavalo e conseguir um melhor equilíbrio, etc.). Para a prossecução de determinados exercícios, utilizam-se também outros materiais lúdicos como bolas, arcos, varas, cordas, cones de sinalização, jogos, podendo-se assim recorrer a diferentes actividades e tarefas durante cada sessão de hipoterapia. Além de motivar e de gratificar, são outro recurso para alcançar os objectivos de intervenção que se pretendem atingir.

Neste tipo de intervenção terapêutica todas as actividades e exercícios são realizados preferencialmente a passo, podendo recorrer-se também ao trote, e em casos raros ao galope, sendo este último enquadrado já numa vertente de equitação adaptada.

A hipoterapia é sempre uma terapia especial, que deixa uma marca particular, que retribui um significado próprio à vida, ao sentido de viver e de querer continuar a lutar para vencer... como um cavalo que corre e salta, para sentir-se livre, ultrapassando obstáculos e barreiras que até agora pareciam impossíveis...

Os Técnicos da Hipoterapia
Cármen Fafiães, Terapeuta Ocupacional
Carla Ferreira, Terapeuta Ocupacional

0 desempenho de funções em condições adequadas de Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho é um direito que abrange transversalmente todos os trabalhadores, sendo obrigação da entidade patronal a promoção e organização das actividades que visem a prevenção de riscos profissionais e a promoção da saúde do trabalhador. Um capítulo que implica o envolvimento e a colaboração dos trabalhadores, quer no cumprimento das regras estabelecidas quer na elaboração das normas que vão reger a aplicação das regras de Segurança, Higiene e Saúde no local de trabalho. Saiba, então, quais são as respectivas obrigações de patrões e empregados nesta matéria, à luz do Código de Trabalho em vigor.

Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho

A elaboração e cumprimento das regras de segurança, higiene e saúde no local de trabalho resulta, de um modo geral, num compromisso estabelecido entre empregador e empregado, na medida em que, se ao primeiro cabe a tarefa de "organizar as actividades de segurança, higiene e saúde no trabalho que visem a prevenção de riscos profissionais e a promoção da saúde do trabalhador" (artigo 272.°), ao segundo cabe "cumprir as prescrições de segurança, higiene e saúde no trabalho estabelecidas nos disposições legais (...), bem como as instruções determinadas com esse fim pelo empregador" (artigo 274.°). Ou seja, se a quem emprega compete disponibilizar condições de trabalho onde as hipóteses de risco sejam mínimas, a quem executa cabe respeitar o que foi estabelecido em prol do bem comum, sob o risco de ser punido legalmente ao verificar-se incumprimento culposo das respectivas obrigações.

Percebe-se, deste modo, que a responsabilidade pelos acidentes que possam surgir no local de trabalho poderá nem sempre ser atribuída à entidade patronal, na medida em que a intervenção humana por meio da acção dos colaboradores condiciona sempre o sucesso da actividade, traduzida neste contexto pela existência de acidente ou não. Ainda que, naturalmente, seja à entidade patronal que se reconheça a maior quota-parte de obrigações, entre as quais o dever de planificar e organizar a prevenção dos riscos profissionais; a eliminação dos factores de risco e de acidente; avaliação e controlo dos riscos profissionais; proceder à informação, formação, consulta e participação dos trabalhadores e seus representantes e a promoção e vigilância da saúde dos trabalhadores. Ou seja, é da esfera de responsabilidade da entidade empregadora promover as melhores condições de segurança, higiene e saúde no local de trabalho, utilizando para esse fim, não só meios preventivos como também meios reactivos.

Ferramentas de prevenção e de resposta a acidentes que encontram nos empregados um precioso auxílio, ao ser contemplada por lei como sua obrigação "cooperar, na empresa estabelecimento ou serviço, para a melhoria do sistema de segurança, higiene e saúde no trabalho, (artigo 274.°), além do dever de "comunicar imediatamente (...) as avarias e deficiências por si detectadas que se lhe afigurem susceptíveis de originar perigo grave e iminente, assim como qualquer defeito verificado nos sistemas de protecção" (artigo 274.°).

Deveres do trabalhador previstos por Lei e que concorrem para reforçar a ideia de compromisso entre empregados e entidade patronal, sempre com o objectivo de minorar as hipóteses de risco de acidente e promover o bem-estar iados a todas as instâncias relacionadas com a sua actividade laboral.

Informação e consulta

A informação surge, assim como um ponto chave para que não seja negligenciado nenhum aspecto de risco para a saúde e segurança do trabalhador. Informar e ser informado são deveres associados a ambas as partes, com a alínea 1 do artigo 275.° do diploma a determinar que os trabalhadores, assim como os seus representantes na empresa, estabelecimento ou serviço, devem dispor de informação actualizada sobre: a) Os riscos para a segurança e saúde, bem como as medidas de protecção e de prevenção e a forma como se aplicam, relativos quer ao posto de trabalho ou função, quer, em geral, à empresa estabelecimento ou serviço; b) As medidas e as instruções a adoptar em caso de perigo grave e iminente; c) As medidas de primeiros socorros, de combate a incêndios e de evacuação dos trabalhadores em caso de sinistro, bem como os trabalhadores ou serviços de as pôr em prática".

Estas são as obrigações que a Lei entende como essenciais à actividade no que diz respeito à segurança, higiene e saúde no local de trabalho, na medida em que, e sem prejuízo da necessidade de formação adequada para o desempenho da função de cada um, o acesso à informação acima referida deve ser sempre proporcionada ao trabalhador nos seguintes casos: admissão na empresa; mudança de posto de trabalho ou de funções; introdução de novos equipamentos de trabalho ou alteração dos existentes; adopção de uma nova tecnologia e em actividades que envolvem trabalhadores de diversas empresas. Isto é, sempre que se verifique uma alteração da rotina diária do trabalhador no seu local de trabalho, motivada por qualquer dos factores referidos na alínea 2 do artigo 275.º, é dever da entidade empregadora informar acerca dos riscos para a sua segurança e saúde e explicitar as medidas de primeiros socorros e instruções a adoptar em caso de perigo grave e iminente.

Cabe ainda à entidade empregadora a obrigação de consultar por escrito e pelo menos duas vezes por ano, os trabalhadores ou os seus representantes sobre a avaliação dos riscos para a segurança e saúde no trabalho, as medidas de segurança, higiene e saúde antes de serem postas em prática, o programa e a organização da formação no domínio da segurança, higiene e saúde no trabalho, o material de protecção que seja necessário utilizar, além da publicação da lista anual dos acidentes de trabalho mortais e dos que ocasionem incapacidade para o trabalho superior a três dias (elaborada até ao final de Março do ano seguinte), assim como dos relatórios de acidentes de trabalho.

Formação

No que concerne à formação dos trabalhadores, determina o artigo 278.° que cada trabalhador receba uma " formação adequada no domínio da segurança, higiene e saúde no trabalho, tendo em atenção o posto de trabalho e o exercício de actividade de risco elevado". Ou seja, mediante a sua função na organização, cada operário deverá ser instruído com conhecimentos que lhe permitam prevenir e responder a possíveis acidentes decorrentes da sua actividade especifica. Caso se trate de trabalhadores ou representantes "designados para se ocuparem de todas ou algumas das actividades de segurança, higiene e saúde no trabalho, deve ser assegurada, pelo empregador, a formação permanente para o exercício das respectivas funções". Desta formação dos trabalhadores não pode resultar prejuízo para os envolvidos.

SAR Cav António Machado
Sargento de Alimentação

" Coração do Minho" Locais de Interesse

A cidade de Braga ou o "Coração do Minho", localizada no centro desta região, oferece aos seus visitantes um grande número de monumentos, belas praças e jardins, museus com suas valiosas colecções, hotéis e restaurantes, que fazem desta cidade um destino turístico preferencial para aqueles que não a conhecem e para os que gostam de voltar a uma cidade aprazível e acolhedora.

Um monumento de visita obrigatória é a Sé de Braga. Este templo românico é um autêntico compêndio de estilos arquitectónicos e decorativos. Tem duas maciças torres sineiras, a da esquerda com dois olhais para sinos e a da direita com apenas um. O corpo central apresenta duas janelas de frontão curvo. Abaixo deste conjunto barroco, ao nível das entradas, dispõe-se uma magnífica galilé tardo-gótica. É aberta frontalmente por dois arcos quebrados e um central de volta plena. No seu interior, a partir do claustro, pode aceder-se à sala do capítulo e ao renovado museu de Arte Sacra. Depositário de uma grande riqueza em paramentos, alfaias religiosas, imagens, jóias e objectos de prata, o museu testemunha o poder e a riqueza alcançados pelos arcebispos bracarenses.

Outro local de interesse é o Santuário do Bom Jesus, construído nos finais do século XV, situado no monte Espinho, nos arredores de Braga, uma ermida dedicada a Santa Cruz. O Santuário do Bom Jesus do Monte é composto pelas capelas da via–sacra, por um extenso Escadório e pela igreja. O principal ponto de atracção é a Escadaria dos Cinco Sentidos, organizada em lanços duplos, ora divergentes ora convergentes, ornamentados com fontes simbólicas e estátuas alegóricas. Os últimos lanços constituem o Escadório das Virtudes.

Para os amantes do futebol, o novo Estádio Municipal de Braga, situado no monte Castro, freguesia de Dume, é uma obra de Arquitectura/Engenharia de grande envergadura, cuja dimensão deve ser vista. Este estádio está implantado numa das encostas do monte Castro e aproveitou parte de uma antiga pedreira. Com cobertura para a totalidade dos lugares e considerando somente bancadas laterais, sendo que os topos do estádio são constituídos pelo anfiteatro rupestre da encosta do Monte.

Se o visitante estiver interessado em fazer turismo verde, a 43 km a Nordeste de Braga, encontra-se a serra do Gerês, cuja fauna e flora é a mais rica do país. Uma viagem única, com todo o fascínio e beleza que a Serra nos presenteia. Dona de uma riqueza singular, alia o deslumbramento dos panoramas e a abundância das águas que alimentam os rios Cávado e Homem. Miguel Torga definiu-a como ninguém: "Há sítios do mundo que são como certas existências humanas: tudo se conjuga para que nada falte à sua grandeza e perfeição. Este Gerês é um deles. Acumularam-se e harmonizaram-se aqui tais forças e contrastes, tão variados elementos de beleza e de expressão, que o resultado lembra-me sempre uma espécie de genialidade da natureza."

ASP OF RV Paula Tinoco
Comandante do Pelotão Anti-Carro EAC/GAM

Deixe que o encanto o seduza e perca-se nos trilhos da Serra e no "Coração do Minho".

O Decepado Lembram-se?

Como militar do QP nunca digo nunca, uma questão de deontologia, aprendi assim e pronto... mas, gostaria de lembrar a quem de direito, se me for permitido, que o "decepado" tem agora a bandeira nos dentes, por favor: mais cutiladas não! Ou então ainda vai acontecer aquilo que dizem as gentes mais antigas do Minho, do Diabo, que tanto gostava de cortar e tanto cortou, que um dia até cortou a "coisa"...

Li um dia algures, que o nosso cérebro em criança é como o disco rígido de um computador novo, no qual se registam as primeiras informações. Estas informações dificilmente serão perdidas. Ao invés, à medida que o nosso cérebro vai envelhecendo a sua capacidade de armazenamento de informação vai-se perdendo, facto que justifica não nos lembrarmos muitas vezes de factos mais recentes e não olvidarmos outros muito mais antigos, quiçá, referentes a episódios ocorridos na nossa infância.

Dos vários episódios que ilustram a História de Portugal, entusiasticamente contados pela minha professora primária – a professora Henriqueta – há um que ficou bem marcado no meu "disco-rígido", refiro-me concretamente ao episódio do Decepado.

Para os meus contemporâneos mais esquecidos, para a "geração do polegar" e para os "distraídos" em geral, permita-me quem sabe, que aqui reproduza o essencial da história:

Decorria o dia 01 de Março do longínquo ano de 1476 e as tropas portuguesas e castelhanas batiam-se uma vez mais, desta vez na batalha de Toro. Batalha de má memória para nós portugueses, que haveríamos de sair derrotados. A derrota, contudo, não seria assim tão grave, pois o "goal average" pendia largamente a nosso favor, isto, fazendo fé nos anais de História que relatam, na maioria das vezes os portugueses a darem no toutiço aos castelhanos...

De todos os combatentes intervenientes na Batalha de Toro, o Alferes-Mor de D. Afonso V, de sua graça Duarte de Almeida praticou um acto de verdadeira valentia e heroísmo, que foi admirado até pelos próprios inimigos. Era Duarte de Almeida o porta-estandarte real português e, quando começou a peleja, a falange portuguesa foi quase de imediato vergada à superioridade castelhana, tão abismal era a diferença numérica de combatentes. As hostes portuguesas caíram em desordem mandando às urtigas a táctica e a estratégia combinada e, pior que isso, esqueceram-se da indispensável segurança do pavilhão real. "... imediatamente, inúmeras lanças e espadas o cobrem e, todos à porfia, pretendem apoderar-se de semelhante troféu. Duarte de Almeida, num supremo esforço, envolto num turbilhão de lanças, empunha a bandeira e defende-a com heróica bravura. Uma cutilada corta-lhe a mão direita; indiferente à dor, empunha com a esquerda o estandarte confiado à sua honra e lealdade; decepam-lhe também a mão esquerda; Duarte de Almeida, desesperado toma o estandarte nos dentes e rasgado, despedaçado, os olhos em fogo, resiste ainda, resiste sempre. Então os castelhanos o rodearam e caiem às lançadas sobre o heróico Alferes–Mor, que afinal, cai moribundo. Os castelhanos apoderaram-se então da bandeira..."

Pois, caríssimos leitores, não consigo melhor episódio da nossa História para ilustrar o actual momento que se vive nas fileiras...

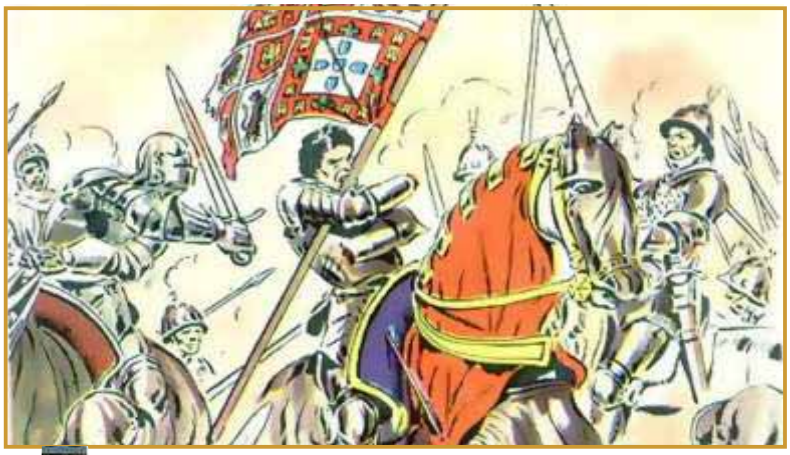
Eu passo a contar uma história que, como todas as histórias começam por: era uma vez um exército grande que era pertença de um pequeno país. Esse país pequenino, tinha necessidade de um grande exército porque alimentava uma guerra colonial de várias frentes e todas elas muito afastadas em termos geográficos. O pequeno país conseguia "alimentar" esse grande exército porque das referidas colónias colhia dividendos e a logística até funcionava...

Um dia houve mudanças, foi dada a independência às colónias e a guerra acabou (acabou ou começou? a velha história do copo que para uns está meio cheio e para outros está meio vazio...) esse país teria agora, que redimensionar (adoro esta palavra) o seu exército para as novas realidades e necessidades pós revolucionárias...começaram os cortes, que é como quem diz, começaram as cutiladas no candidato a decepado. Primeiro na redução do pessoal, depois na redução orçamental que anual e sistematicamente foi espartilhando, sufocando, até ultrapassar os limites do razoável, uma breve passagem pela redução de Unidades, até ao climax – a extinção do chamado SMO – Serviço Militar Obrigatório. De repente aflorou-me a memória aquele chavão publicitário de um jogo de azar ou sorte que dizia: "É fácil, é barato e dá milhões!"

No meio de todas estas vicissitudes, o "decepado" lá foi cumprindo as imposições que por ironia do destino eram idealizadas pelos homens que lhe infligem as cutiladas, uma espécie de relação amor e ódio ou a velha máxima do "quem não tem cão caça com gato" ou ainda a do "mágico a tirar coelhos da cartola..."

Dedico esta parábola, a todos os meus camaradas, Oficiais, Sargentos e Praças que nos dias de canícula, passam as noites e os dias de semana e fim-de-semana, quantas vezes seguidos, na ajuda valiosa do combate e prevenção de uma calamidade Nacional – os incêndios. Rendo-vos a minha singela mas sentida homenagem e exorto-vos a segurarem o "estandarte" com aquilo que ainda restar de vós e não o larguem nunca, por muito que isso vos custe.

SAJ Cav Mário Costa
Adjunto da Secção de Logística



Um Pensamento!..

Quem realmente nos governa? Apesar dos esforços de pessoas bem itencionadas, o país tem sofrido terrivelmente nos ultimos anos: as suas gentes estão amarguradas, desconfiadas, tristes e desapontadas. Todos apreciamos a seriedade, gente que cultiva os valores cívicos, gente de trabalho e competente. Não basta apelar à coesão, ao patriotismo e à necessidade de apertar o cinto. Seria extraordinário o exemplo de integridade de carácter, empenhamento e boa gestão, para que não aumente o divórcio entre eleitos e eleitores.

Ainda recentemente, um ilustre e reconhecido sociólogo denunciava e condenava num canal televisivo "a beatice de alguma intelectualidade que convive mal com a democracia e está sempre disposta a mostrar simpatia pelas mais disparatadas causas". Silenciosamente, disse para comigo: é verdade, e sendo a nossa democracia tão jovem, como está podre, envelhecida e viciada!...

Sendo Portugal a nossa casa por excelência, ninguém deseja que nela reine a desordem, a miséria, a pobreza e a fome. Creio que ainda temos de trabalhar muito para arrumar a nossa casinha e tê-la ao gosto de todos. Não é por falta de instrumentos, de conhecimentos e boa tecnologia que a nossa casa se encontra desarrumada. Está assim, porque há homens que se apoderam de tudo e outros ficam sem nada; está assim, porque há homens que aprendem cada vez mais e outros que nunca aprendem nada; está assim, porque há homens que não se importam de destruir tudo e outros que têm medo de serem destruídos.

Aproxima-se o Natal de 2007. Portugal é o Pais da UE onde se registam as maiores desigualdades sociais, isto é, onde se notam as maiores difrenças entre ricos e pobres. Por isso, são tantos aqueles que não vão desfrutar da comunhão e do convívio de uma familia na noite de Natal: as crianças desprotegidas, os doentes, os sem abrigo, os refugiados, e outros. Porque Natal é um tempo de boas intenções e, porque a luta contra a pobreza se trava diariamente, que ninguém se arrependa de fazer o bem e contribua com gestos concretos de solidariedade, de carinho e fraternidade para aliviar o sofrimento desta gente. Recordando as palavras do poeta "Vale a pena? Tudo vale a pena se a alma não é pequena".

Faço votos para que todos tenham um santo e caloroso Natal e que 2008 traga a paz e a felicidade que os homens tanto desejam

SCH Cav Amândio Silva
Chefe da Secretaria de Comando

"Ser descontente é ser homem"

– escreveu Fernando Pessoa

NOMEAÇÕES

Desde 08JAN07, o TEN CAV ALBERTO JOEL SANTOS CARVALHO PINTO, passou de desempenhar as funções de 2.º Comandante do ERec.

Desde 08JAN07, o TEN CAV RUI JORGE NEVES MOURA, passou a desempenhar as funções de Comandante do 1.º EAM.

Desde 08JAN07, o 1SAR CAV CARLOS MANUEL DINIS FERREIRA, passou a desempenhar as funções de Sargento de Operações e Informações do ERec.

Desde 08JAN07, o 1SAR CAV AGOSTINHO FRANCISCO DA CUNHA LOPES FERNANDES, passou a desempenhar as funções de Sargento de Pessoal do GAM.

Desde 08JAN07, o 1SAR CAV ÓSCAR DA LIBERDADE JANTARADA, passou a desempenhar as funções de Sargento de Operações e Informações do GAM.

Desde 08JAN07, a 2SAR CAV MARIA JOSÉ AGUIAR PINTO, passou a desempenhar as funções de Sargento do 1.º Pelotão do 1.º EAM.

Desde 08JAN07, o 1SAR CAV ARTUR DA COSTA FERREIRA, passou a desempenhar de Auxiliar do Adjunto do Comandante do ECS.

Desde 08JAN07, o 2SAR RC JOÃO PEDRO PINHEIRO BELO COSTA, passou a desempenhar as funções de Comandante do 2.º Pelotão do 1.º EAM.

Desde 08JAN07, o 2SAR RC PAULO JORGE MAGALHÃES CARVALHO, passou a desempenhar as funções de Comandante do 1.º Pelotão do 1.º EAM.

Desde 08JAN07, o FUR RC JOÃO PAULO TOUÇAS CABRAL, passou a desempenhar as funções de Sargento do 1.º Pelotão do 1.º EAM.

Desde 15JAN07, o TCOR CAV JOAQUIM LÚCIO DA SILVA E CONCEIÇÃO, passou a desempenhar as funções de Chefe da Secção de Logística do RC 6.

Desde 15JAN07, o MAJ CAV MANUEL FRANCISCO PEREIRA DA LAPA, passou a desempenhar as funções de Chefe da Secção de Operações Informações e Segurança do RC 6.

Desde 15JAN07, o MAJ CAV JOSÉ MIGUEL ANDRADE SEABRA PERALTA PIMENTA, passou a desempenhar as funções de 2.º Comandante do GAM.

Desde 06FEV07, o 1 SAR RC ANTÓNIO JOAQUIM AZEVEDO MONTEIRO, passou a desempenhar as funções de Comandante da Secção de Exploração do 1.º Pelotão do ERec.

Desde 02MAI07, o ALF CAV RICARDO FILIPE FERREIRA OLIVEIRA, passou a desempenhar as funções de Adjunto de Tiro, em acumulação.

Desde 02MAI07, o ALF CAV MIGUEL ÂNGELO DA COSTA JORGE, passou a desempenhar as funções de Adjunto de Educação Física Militar, em acumulação.

PROMOÇÕES

OFICIAIS

POSTO	NIM	NOME
TCOR CAV	03991286	Manuel Francisco Pereira da Lapa

SARGENTOS

POSTO	NIM	NOME
SCH CAV	12513978	Amândio José Freitas da Silva
1SAR RC	10862999	Helder Renato Q. Costa
2SAR RC	06385300	Tiago Manuel Araújo Pereira
2SAR RC	08915200	Marco Paulo Lopes A. Gomes

PRAÇAS

POSTO	NIM	NOME
CADJ RC	07338299	Nuno Manuel A. Machado
1CAB RC	13801499	Paulo Isidro F. Oliveira
1CAB RC	18853000	André Agostinho M. da Rocha
1CAB RC	10615999	Rui Manuel Pinheiro Silva
1CAB RC	11566997	Filipe Daniel A. Martins
1CAB RC	12388100	José Manuel Azinheira Neves
1CAB RC	18179803	Adelaide M. S. Durães
1CAB RC	08160199	Bruno Miguel O. Sousa
1CAB RC	12623297	João Henrique Freitas Cruz
1CAB RC	09027302	Helder Filipe F. Sousa
1CAB RC	18055502	Vitor Hugo C. Marques
1CAB RC	09204497	Rui Miguel Faria Barros
2CAB RC	13114501	Hugo Daniel R. Ribeiro
2CAB RC	08945499	Marco Paulo Borges Silva
2CAB RC	00425502	Luis Miguel Martins Ferreira
2CAB RC	14997002	Alcino Fernandes Lemos Oliveira
2CAB RC	07518699	Vital Manuel Gonçalves

Os "DRAGÕES DE ENTRE DOURO E MINHO" felicitam os militares nomeados e promovidos e desejam-lhes boa sorte e muitos sucessos profissionais.

OFERTA ESPECIAL PROTOCOLO

Crédito Habitação

VÁLIDO TRANSFERÊNCIAS TAMBÉM PARA

Reduza o tamanho da sua prestação

Se a prestação da sua casa lhe pesa no orçamento familiar, faça um Crédito Habitação Santander Totta e torne-a mais leve e confortável. O Crédito Habitação Santander Totta dá-lhe acesso a uma prestação realmente baixa, com condições que irão ser uma verdadeira almofada no seu orçamento. Conte Connosco para encontrarmos a melhor solução para o seu Crédito à Habitação. Informe-se já!

Uma prestação realmente baixa

- **Vantagem especial Protocolo: Redução do *spread***
- **Apoiamos os custos de transferência**
- **0€ nos principais serviços do dia-a-dia**

Santander Totta

O Valor das Ideias

www.santandertotta.pt

SANTANDER PRESENTE EM MAIS DE 40 PAÍSES

TAE: 5,221%. Exemplo para um crédito de 200.000€, com relação financiamento/garantia de 60%, prazo de 40 anos, com verificação de condições de *cross-selling*. Euribor a 3 meses 4,808% (Outubro 2007) arredondada à milésima. *Spread* Promocional nos primeiros 12 meses. TAN de 4,808% (5,098% nos períodos seguintes com *spread* aplicável de 0,29%). O valor da TAE indicado não inclui os prémios de Seguros. Comissão de Reembolso de 0.5% no regime de taxa variável e 2% se no regime de taxa fixa.

ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO REGIMENTO DE CAVALARIA 6

Em 1709 é criado em Chaves o Regimento de "Dragões de Trás-os-Montes"